



OAB 45

PROVA COMENTADA



APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Advogado(a), tudo certo?!

Em 21/12/2025, foi aplicada a prova da primeira fase do **45º Exame da Ordem dos Advogados do Brasil**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial e analisou o gabarito oficial da FGV, os quais serão apresentados juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentar duas alternativas corretas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 10 e 68.

De modo complementar, elaboramos também um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, observarem os comentários, e comentarem as questões da prova:

<https://oab.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/99b15f5d-0893-43d5-9a9d-c030c76aa1f7>

Por fim, vocês poderão acompanhar os eventos e cursos para a fase discursiva, bem como outras novidades envolvendo o Exame de Ordem no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia OAB - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA -

45º EXAME DE ORDEM

QUESTÃO 01. Pedro é advogado regularmente inscrito no Conselho Seccional da OAB do Estado Alfa e constituiu uma Sociedade Unipessoal de Advocacia registrada e ativa na mesma unidade federativa. Recentemente, ele foi convidado pelo renomado advogado Abraão para integrar uma Sociedade de Advogados, também com sede no Estado Alfa, na qualidade de sócio. Pedro considerou a proposta promissora e cogita aceitá-la, acreditando que pode participar de ambas as sociedades, desde que evite atuar nos mesmos processos ou contra os interesses de clientes de uma delas. Sobre a decisão de Pedro, com base no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Pedro poderá integrar ambas as sociedades, desde que atue em processos distintos e jamais represente partes com interesses opostos.
- b) Pedro poderá aceitar o convite de Abraão apenas se encerrar formalmente a Sociedade Unipessoal de Advocacia que já possui no Estado Alfa.
- c) Pedro poderá participar das duas sociedades se firmar declaração formal de que manterá independência profissional e não haverá conflito de interesses.
- d) Pedro poderá manter a sua sociedade unipessoal e, ao mesmo tempo, integrar a sociedade de Abraão desde que a nova sociedade registre filial em outra área territorial, ainda que continue atuando no Estado Alfa.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema sociedade de advogados.

A alternativa A está incorreta. Não seria possível tal hipótese, pois Pedro não pode integrar ambas as sociedades, ainda que não represente partes com interesses distintos, por expressa vedação legal do Estatuto da OAB Art. 15 § 4º Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

A alternativa B está correta. De acordo com o Estatuto da OAB Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral. § 4º Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou

integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

A alternativa C está incorreta. Conforme já demonstrado, não poderá Pedro participar de duas sociedades como na hipótese apresentada;

A alternativa D está incorreta. Não há a possibilidade, conforme já explicado, de figurar como sócio em mais de uma sociedade na mesma área territorial. Na hipótese não poderia continuar atuando no Estado Alfa.

QUESTÃO 02. Durante muitos anos, João representou Pedro, na condição de seu advogado, em diversas causas. Recentemente, após encerrados todos os vínculos contratuais existentes entre si, Pedro passou a ser investigado pelo suposto cometimento de ilícitos tributários. Sobre esse contexto, de acordo com o Estatuto da Ordem e com o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

a) João não poderá ser obrigado a depor como testemunha no curso de eventual processo judicial em face de Pedro, ainda que este expressamente o autorize ou solicite o depoimento do ex-advogado.

b) João não poderá ser obrigado a depor como testemunha no curso de eventual processo judicial em face de Pedro, exceto se este expressamente o autorizar, ou no caso de solicitação do próprio ex-constituente.

c) João poderá ser obrigado a depor sobre fatos que constituam sigilo profissional caso seu depoimento seja considerado imprescindível para a instrução em processos criminais que apurem a prática de crimes dolosos contra a vida.

d) Considerando que a investigação se iniciou após a extinção da relação profissional existente entre João e Pedro, não há qualquer prerrogativa em favor de João que o escuse da obrigação de depor como testemunha no curso de processo judicial sobre fato relacionado com pessoa de quem já foi advogado.

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema sigilo profissional.

A alternativa A está correta. É direito do advogado não depor, conforme dispõe o Estatuto da OAB no art. 7ºXIX - recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional;

A alternativa B está incorreta. Conforme já explicado, constitui direito do advogado preservar o sigilo, mesmo quando solicitado pelo constituinte;

A alternativa C está incorreta. O advogado não pode ser obrigado a depor, conforme já visto, o art. 7º do Estatuto da OAB prevê este direito;

A alternativa D está incorreta. O fato de o contrato já ter sido encerrado não afasta o sigilo.

QUESTÃO 03. Helena concluiu seu mestrado em Administração Pública e acumulou significativo conhecimento jurídico, mas não possui formação em Direito nem inscrição nos quadros da OAB. Apesar disso, ela passou a oferecer consultoria jurídica e a atuar em audiências representando clientes. André, por sua vez, era advogado regularmente inscrito na OAB, porém foi suspenso do exercício profissional por prática de infração disciplinar. Mesmo suspenso, ele continuou a realizar atos privativos da advocacia, tais como peticionar e participar de audiências. Com base nessas situações hipotéticas, assinale a afirmativa correta.

a) Os atos praticados por André, após a sua suspensão da OAB, são nulos, pois ele está impedido de exercer a advocacia enquanto durar a suspensão.

b) Os atos privativos da advocacia praticados por Helena, que não possui inscrição na OAB, são válidos, desde que seus clientes a autorizem expressamente, ratificando os atos por ela praticados.

c) Os atos praticados por Helena são válidos, desde que restritos à consultoria extrajudicial e relacionados à administração x pública, uma vez que ela não representa clientes em processos judiciais.

d) Tanto os atos praticados por Helena quanto os atos praticados por André são anuláveis, porém sujeitos à convalidação, pois a atuação em audiências e a prática de consultoria jurídica, embora preferencialmente exercidas por advogados, podem, ser exercidas por pessoa excepcionalmente, conhecimento jurídico.

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema atos irregulares.

A alternativa A está correta. Dispõe o Estatuto da OAB no Art. 4º: “São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas. Parágrafo único. São também nulos os atos praticados por advogado impedido - no âmbito do impedimento - suspenso, licenciado ou que passar a exercer atividade incompatível com a advocacia.”;

A alternativa B está incorreta. Conforme já explicitado na alternativa anterior, serão nulos os atos praticados por Helena e estes não são passíveis de convalidação pelos clientes;

A alternativa C está incorreta. De acordo com o Estatuto da OAB, os atos praticados por Helena são nulos;

A alternativa D está incorreta. Se tratam ambos de atos nulos, e não são passíveis de convalidação, de acordo com o Estatuto da OAB no art. 4º já transcrito.

QUESTÃO 04. Tarcísio, advogado trabalhista com mais de 20 anos de experiência, prestou concurso público para a Outorga de Delegações de Serventias Notariais e Registrais e, após aprovação, assumiu um Tabelionato de Notas e Ofício de Registro Civil em uma comarca do mesmo Estado. Ele deseja saber se poderá continuar exercendo a advocacia em causa própria e, além disso, pretende patrocinar uma ação contra a empresa pública estadual responsável pelo fornecimento de água. Sobre incompatibilidades e impedimentos, com base nas disposições do Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Tarcísio poderá exercer a advocacia apenas em causa própria, conforme prevê o Estatuto da OAB, mas estará impedido de advogar contra a empresa pública estadual de fornecimento de água.

b) Tarcísio poderá advogar livremente, inclusive contra a empresa pública estadual de fornecimento de água, uma vez que o exercício da atividade notarial não gera impedimento para o exercício da advocacia.

c) Tarcísio está em situação de incompatibilidade total com o exercício da advocacia, sendo vedada a atuação em qualquer causa, inclusive em causa própria, em razão de seu cargo como titular de serventia notarial e registral.

d) Tarcísio poderá continuar exercendo a advocacia, desde que em causas particulares que não envolvam empresas públicas ou concessionárias de serviço público, estando livre de impedimentos em ações de interesse pessoal.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema incompatibilidade.

A alternativa A está incorreta. Há incompatibilidade, ainda que advogando em causa própria, conforme prevê o Estatuto da OAB no Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades: IV - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro;

A alternativa B está incorreta. Conforme já demonstrado não há compatibilidade por conta do serviço notarial exercido por Tarcísio;

A alternativa C está correta. É o que dispõe o Estatuto da OAB no Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades: IV - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro;

A alternativa D está incorreta. Se trata de hipótese de impedimento, conforme já demonstrado.

QUESTÃO 05. Ana é advogada e acaba de dar à luz seu primeiro filho, a quem ainda amamenta. Ela foi cientificada de que a Sexta Câmara Cível deverá julgar um caso em que é uma das advogadas constituídas pelo recorrente. Sobre a hipótese, assinale a opção que indica o direito que Ana tem assegurado.

- a) Vaga reservada na garagem do Fórum.**
- b) Suspensão de prazos processuais, desde que haja notificação por escrito ao cliente.**
- c) Entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.**
- d) Acesso a creche, onde houver, ou a local adequado para o atendimento das necessidades do bebê.**

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema direitos da advogada.

A alternativa A está incorreta. Este é direito da gestante, conforme prevê o Estatuto da OAB I - gestante: a) entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X; b) reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais;

A alternativa B está incorreta. Este direito é previsto quando a advogada for a única patrona, conforme prevê o art. 7º IV: “adotante ou que der à luz, suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.”;

A alternativa C está incorreta. Este é direito da gestante, conforme prevê o Estatuto da OAB I - gestante: a) entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X;

A alternativa D está correta. Prevê o Estatuto da OAB no art. 7º que é direito da advogada: “II - lactante, adotante ou que der à luz, acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.”;

QUESTÃO 06. O jovem Marcos foi contratado como auxiliar de escritório por renomada banca de advocacia. Autodidata e talentoso, Marcos aproveitava os momentos de folga para estudar os processos judiciais patrocinados pelo escritório e, apesar de nunca ter frequentado o curso de graduação em Direito, tornou-se relativamente conhecedor prático de muitos temas jurídicos. Com esse conhecimento, Marcos resolveu se inscrever no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, apresentando, para tanto, diploma falsificado de bacharel em Direito. Após a aprovação, Marcos se inscreveu como advogado na OAB, novamente fazendo uso do referido documento falso. Seis anos após esses fatos, uma denúncia anônima a respeito do ilícito ensejou a instauração do competente processo administrativo disciplinar. Considerando o enunciado e o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- a) A gravidade da conduta atribuída a Marcos atrai a competência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para apurar e punir a infração disciplinar.**

b) Para a aplicação da sanção correspondente prevista em lei é necessária a manifestação de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.

c) A sanção disciplinar prevista para a conduta de Marcos é a de suspensão, que deve perdurar até que seja apresentado documento idôneo, cumulada com a aplicação de multa.

d) A pretensão à punibilidade da infração disciplinar encontra-se prescrita, uma vez que foi ultrapassado o prazo legal de cinco anos, contado da última data em que Marcos fez uso do documento falso.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema sanção disciplinar.

A alternativa A está incorreta. A competência para punir infrações disciplinares é, em regra, do Conselho Seccional onde ocorreu a infração, e não do Conselho Federal, conforme prevê o Estatuto da OAB no Art. 70: “O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.”;

A alternativa B está correta. Conforme prevê o Estatuto da OAB no Art. 38: “A exclusão é aplicável nos casos de: I - aplicação, por três vezes, de suspensão; II - infrações definidas nos incisos XXVI a XXVIII do art. 34. Parágrafo único. Para a aplicação da sanção disciplinar de exclusão, é necessária a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.”;

A alternativa C está incorreta. A sanção para uso de documento falso na inscrição é a **exclusão**, conforme já demonstrado;

A alternativa D está incorreta. Não houve prescrição, pois, esta passa a ser contada a partir do conhecimento do ato ilícito.

QUESTÃO 07. Os irmãos, Matilde, advogada, e Frederico, consultor de empresas, decidiram firmar sociedade para prestar serviços jurídicos e de consultoria empresarial na capital mineira. Para isso, montaram um escritório em conjunto na cidade de Belo Horizonte, MG, divulgando seus serviços por meio de panfletos e redes sociais (Instagram e LinkedIn), ressaltando a natureza jurídica e empresarial das atividades como um ponto de destaque do escritório. Em relação às regras sobre a atividade privativa de advocacia e à publicidade de serviços advocatícios, conforme o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

a) É vedada a divulgação dos serviços advocatícios em conjunto com qualquer outra atividade, inclusive a de consultoria empresarial.

b) A publicidade conjunta dos serviços advocatícios e empresariais é permitida apenas quando realizada por meio de plataformas digitais, como redes sociais.

c) Matilde e Frederico podem atuar conjuntamente, já que as atividades jurídicas e de consultoria empresarial possuem afinidade e se complementam.

d) A divulgação dos serviços advocatícios juntamente com atividades de consultoria empresarial é permitida, desde que os materiais de publicidade sejam sóbrios e não induzam ao erro.

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema publicidade.

A alternativa A está correta. Prevê o Estatuto da OAB no Art. 16 que: “Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar.”;

A alternativa B está incorreta. Não é permitida a publicidade conjunta, conforme já demonstrado na explicação da alternativa A;

A alternativa C está incorreta. Há vedação expressa no Estatuto da OAB, conforme já exposto;

A alternativa D está incorreta. Não há exceção, a vedação se dá por expressa previsão legal do Estatuto da OAB.

QUESTÃO 08. A advogada Jéssica foi contratada pela sociedade empresária de telefonia Alfa para trabalhar 10 horas contínuas por dia, de segunda a quinta-feira, totalizando 40 horas semanais. Além disso, o contrato escrito firmado entre Jéssica e a sociedade empresária prevê que, em situações excepcionais, ela deverá trabalhar horas extras, sendo remunerada com um adicional de 50% sobre o valor da hora normal. Jéssica questiona a validade dessas condições contratuais, especialmente em relação à duração da jornada de trabalho e à remuneração das horas extras. Com base no Art. 20 do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) O contrato de Jéssica é válido, pois a jornada semanal não ultrapassa 40 horas, e as horas extras podem ser remuneradas com um adicional de 50% conforme estipulado no contrato.

b) A sociedade empresária está correta ao fixar 10 horas de trabalho por dia, desde que Jéssica cumpra apenas quatro dias de trabalho por semana, sem a necessidade de pagamento de horas extras.

c) O contrato de Jéssica é inválido, pois a jornada diária não pode exceder 8 horas contínuas, e as horas extras devem ser remuneradas com um adicional de 100%, conforme previsto no Estatuto da OAB, independentemente do contrato firmado.

d) A sociedade empresária está agindo corretamente, pois Jéssica pode trabalhar até 10 horas por dia desde que sua jornada semanal não ultrapasse 40 horas, mas a remuneração das horas extras deveria ser de 100% sobre o valor da hora normal, independentemente do contrato escrito.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema contrato de trabalho do advogado.

A alternativa A está incorreta. Primeiramente a jornada não pode extrapolar as 8h diárias, e além disto, as horas extras serão remuneradas em cem por cento, e não cinquenta, pois é regra específica, não se aplica a CLT. Prevê o Estatuto da OAB no Art. 20 que: “A jornada de trabalho do advogado empregado, quando prestar serviço para empresas, não poderá exceder a duração diária de 8 (oito) horas contínuas e a de 40 (quarenta) horas semanais. § 2º As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cem por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.”;

A alternativa B está incorreta. Conforme já demonstrado, a jornada é de 8h, e o excedente será pago como hora extra;

A alternativa C está correta. Conforme prevê o Estatuto da OAB no Art. 20 que: “A jornada de trabalho do advogado empregado, quando prestar serviço para empresas, não poderá exceder a duração diária de 8 (oito) horas contínuas e a de 40 (quarenta) horas semanais. § 2º As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cem por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.”;

A alternativa D está incorreta. A jornada prevista pelo Estatuto da OAB é de 8 horas diárias e não de 10 horas.

QUESTÃO 09. Leia o fragmento a seguir.

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja as pessoas e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece a si mesmo, permanecendo, assim, tão livre quanto antes. (Jean-Jacques Rousseau)

Assinale a opção que indica a forma de associação que, segundo Rousseau, responde a esse problema.

a) Luta de Classes.

b) Contrato Social.

c) União das Nações.

d) Utilitarismo de Regras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Contrato Social.

A alternativa A está incorreta. Este é um conceito fundamental de Karl Marx, e não de Rousseau. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. Para Rousseau, o Contrato Social é o pacto em que os indivíduos abrem mão de seu "poder natural" em favor da comunidade. Ao fazerem isso, eles criam a Vontade Geral. Conforme assim sintetiza Bianca Mussolino, "[...] o Contrato Social é o pacto em que os indivíduos abrem mão de seu "poder natural" em favor da comunidade. Ao fazerem isso, eles criam a Vontade Geral.

A alternativa C está incorreta. A ideia de união de nações remete mais a conceitos contemporâneos de Direito Internacional do que o contrato social. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. O Utilitarismo é uma corrente ética fundada por Jeremy Bentham e John Stuart Mill.

QUESTÃO 10. Considere hipoteticamente que determinado Tribunal, no julgamento de três casos diversos, profere as seguintes decisões:

I. Ao analisar determinada lei que diz ser "proibida a entrada de animais em estabelecimentos comerciais", o Tribunal decide que cães-guias de pessoas com deficiência visual não estão abrangidos pela norma.

II. Interpretando lei segundo a qual "é proibido fumar em ambientes fechados", o Tribunal considera que a proibição deve se limitar ao que está textualmente contido na norma.

III. Com base em lei que prevê o "benefício da licença-maternidade à mãe biológica", o Tribunal defere esse benefício a uma mãe adotiva. Assinale a opção que indica corretamente os tipos de interpretação adotados pelo Tribunal nos casos I, II e III, respectivamente.

a) Extensiva, teleológica e axiológica.

b) Axiológica, restritiva e especificadora.

c) Restritiva, especificadora e extensiva.

d) Especificadora, restritiva e teleológica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, conforme o gabarito divulgado pela banca. Entretanto, mantemos nosso posicionamento quanto ao gabarito ser a alternativa D, sendo essa questão passível de recurso. A questão trata do sobre hermenêutica.

A alternativa C está correta, conforme o gabarito divulgado pela banca. A questão pediu o "tipo de interpretação" no sentido do resultado da norma frente ao caso concreto. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. Na primeira decisão (I), ao especificar que a norma não atinge cães-guia, apresenta uma INTERPRETAÇÃO ESPECIFICADORA, que ao contrário do entendimento do Examinador, não apenas declara o conteúdo da norma, mas especifica e destaca um determinado elemento de fato ou de Direito, o que foi o caso. Na segunda decisão (II), há uma INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA, pois limita textualmente o alcance da norma ao explicitar que a proibição de fumar ocorre exclusivamente em ambientes fechados. Por fim, na terceira decisão (III), tem-se uma INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA, pois descreve fato que está em consonância com a finalidade da norma, que é proteger todas as mães, independentemente de ser adotiva ou biológica.

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 11. A Lei Federal nº 1.079/1950 define os crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República e traz normas regulando o respectivo processo.

Há poucos meses, o Diretório Nacional do Partido Político Alfa consultou você, como advogado(a), sobre a possibilidade de ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para impugnar alguns dispositivos da Lei nº 1.079/1950 que considera incompatíveis com a ordem constitucional.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) Como a Lei nº 1.079/1950 foi recepcionada pela ordem constitucional vigente, continuando a produzir efeitos nas últimas décadas, a Ação Direta de Inconstitucionalidade é via de controle objetiva adequada para impugná-la.

b) Diante da fungibilidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, admite-se, em qualquer caso, a conversão de uma via impugnativa em outra.

c) Embora seja cabível o ajuizamento de Ação Declaratória de Constitucionalidade em face da Lei nº 1.079/1950, para reconhecer a compatibilidade de seus dispositivos com a CRFB/88, a Ação Direta de Inconstitucionalidade não se presta a impugnar dispositivos de lei pré-constitucional.

d) A Ação Direta de Inconstitucionalidade não é a via de controle objetivo adequada para impugnar dispositivos de Lei nº 1.079/1950, e, por se tratar de erro grosseiro, o Supremo Tribunal Federal não admite a fungibilidade com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o cabimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para o controle de leis pré-constitucionais e a aplicação do princípio da fungibilidade.

A alternativa D está correta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) não é a via adequada para impugnar a Lei nº 1.079/1950, pois esta é uma norma anterior à Constituição de 1988. O controle de constitucionalidade via ADI se aplica apenas a leis e atos normativos editados *após* a promulgação da Constituição vigente. Para normas pré-constitucionais, o fenômeno a ser analisado é o da recepção, e o instrumento de controle concentrado cabível é a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que o ajuizamento de ADI para impugnar lei pré-constitucional constitui erro grosseiro, o que impede a aplicação do princípio da fungibilidade e a conversão da ação em ADPF. No mesmo sentido, a Constituição Federal dispõe: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; § 1º. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.” A legislação que regulamenta este dispositivo (Lei nº 9.882/99) dispõe: “Art. 1º, Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;”

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 12. Marcos, que tem 56 anos de idade, é amigo de Joana, que já completou 58 anos de idade. Ambos, em disputas judiciais contra o Estado Alfa, tiveram reconhecidos seus respectivos direitos ao recebimento de valores em face do mencionado ente. Após os trâmites executórios, foi autorizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Alfa a expedição do precatório de Marcos e, dois meses depois, pela mesma autoridade, autorizada a expedição do precatório de Joana. Ciente de que nenhum dos dois casos caracteriza débito de natureza alimentícia, Joana consultou você, como advogado(a), para saber se ela tem prioridade de recebimento por ser mais velha que Marcos.

Assinale a opção que indica, corretamente, sua resposta.

- a) A CRFB/88 não estabelece critérios de prioridade cronológica para o recebimento dos precatórios, quando os créditos não têm natureza alimentícia.**
- b) Tanto Joana quanto Marcos, por terem menos de 60 anos, devem receber seus créditos na ordem cronológica da apresentação dos precatórios.**
- c) Ambos, em razão da idade, terão direito a recebimento imediato, sem se submeter à ordem cronológica estabelecida para a sistemática de precatórios pela CRFB/88.**

d) Joana, por ter idade superior à de Marcos, possui prioridade etária sobre ele e, por isso, receberá seus créditos em data anterior à realização do pagamento a Marcos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o regime constitucional de pagamento de precatórios, especificamente a regra da ordem cronológica e a exceção da prioridade por idade.

A alternativa B está correta. A regra geral para o pagamento de precatórios é a estrita observância da ordem cronológica de apresentação. A Constituição Federal prevê uma prioridade de pagamento (superpreferência) para débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 anos de idade ou mais, sejam portadores de doença grave ou pessoas com deficiência. No caso apresentado, nenhum dos dois credores se enquadra nos requisitos para o pagamento prioritário: o crédito não tem natureza alimentícia e ambos, Marcos (56 anos) e Joana (58 anos), têm menos de 60 anos. Portanto, aplica-se a regra geral, e os créditos devem ser pagos na ordem cronológica de apresentação dos precatórios. Como o precatório de Marcos foi expedido primeiro, ele receberá antes de Joana, sendo a idade dela irrelevante para este fim. A Constituição Federal dispõe: “Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. [...] § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.”

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 13. Romualdo, empresário do ramo de supermercados, dirige-se à Prefeitura do Município Alfa e solicita licença para instalar uma loja da sua rede em um bairro específico da cidade. O pedido é negado sob justificativa de que já existiria outro estabelecimento do mesmo ramo na região. Segundo a Prefeitura de Alfa, a concessão da licença afrontaria a Lei Complementar Municipal nº X (LC X/2024), que exige distância mínima de mil metros entre estabelecimentos que comercializem produtos semelhantes.

Romualdo, então, procura você, como advogado(a), para analisar a situação com base na ordem jurídico-constitucional brasileira.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua análise sobre a hipótese narrada.

a) A norma municipal deve ser observada, em respeito à autonomia municipal garantida pela ordem jurídica brasileira.

b) A LC X é inconstitucional, já que Alfa, por não ser ente federativo, não possui competência legislativa para produzir leis complementares.

c) A existência de norma legal federal sobre a questão deve ser avaliada porque, pelo critério hierárquico, esta deve prevalecer sobre a norma municipal.

d) A abertura do negócio em questão não deve ser restringida, porque a LC X, ao adotar o referido critério geográfico, viola o princípio constitucional da livre concorrência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conflito entre a competência legislativa municipal e os princípios da ordem econômica, notadamente a livre concorrência.

A alternativa D está correta. Embora os Municípios possuam competência para legislar sobre assuntos de interesse local, como o zoneamento e o ordenamento do uso e ocupação do solo urbano, esse poder não é absoluto. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é consolidada no sentido de que a legislação municipal não pode criar uma "reserva de mercado" ou impedir a livre concorrência, que é um dos princípios fundamentais da ordem econômica brasileira. Ao estabelecer uma distância mínima entre estabelecimentos do mesmo ramo, a Lei Complementar Municipal nº X cria uma barreira artificial à entrada de novos concorrentes, violando diretamente o princípio da livre concorrência. A Constituição Federal dispõe: "Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] IV - livre concorrência;" No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal dispõe: "Súmula Vinculante 49 - Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área."

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 14. A Faculdade de Direito da Universidade do Estado Beta, pela primeira vez, publicou edital para o ingresso nos cursos de mestrado e doutorado, contendo sistema de cotas para graduados negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. O edital baseia-se em lei estadual, promulgada no ano passado, que garante, pelo prazo de cinco anos, o acesso diferenciado aos programas de mestrado e doutorado.

Indignado com essa regra, um graduado apresentou pedido administrativo visando à modificação do edital, com a exclusão do sistema de cotas. Para tanto, argumentou que a regra viola o princípio da isonomia. Diante da polêmica, a Diretora da Faculdade consultou o corpo de advogados da Universidade.

Sobre a hipótese apresentada, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que indica o parecer correto que deve ser apresentado.

a) O acesso diferenciado, como apresentado no edital, só pode ser admitido para as educações básica e superior, sendo expressamente vedada sua utilização em cursos de pós-graduação.

b) A Diretoria da Faculdade de Direito tem discricionariedade para, livremente, estabelecer critérios para o acesso aos cursos de graduação e pós-graduação para quaisquer grupos sociais,

com base na autonomia didático-científica e administrativa de que gozam as universidades públicas.

c) A realização da dimensão material do princípio da igualdade coaduna-se com a adoção de ações afirmativas que atinjam grupos sociais determinados, atribuindo-lhes certas vantagens, normalmente por tempo definido, com vistas à superação de desigualdades decorrentes de situações históricas.

d) O edital elaborado pela Faculdade de Direito viola o princípio da isonomia formal, princípio constitucional elementar, que tem por função garantir idênticas condições de acesso ao ensino de pós-graduação a todos, relativizando possíveis diferenças culturais ou mesmo por deficiência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda a constitucionalidade das ações afirmativas, como o sistema de cotas, no acesso a cursos de pós-graduação, à luz da dimensão material do princípio da isonomia.

A alternativa C está correta. O princípio da igualdade (ou isonomia), previsto na Constituição, não se esgota em sua dimensão formal (tratar todos da mesma forma). Para que a igualdade seja efetiva, é preciso atuar em sua dimensão material, que consiste em tratar os desiguais de forma desigual, na medida de suas desigualdades, a fim de corrigir desvantagens históricas e estruturais. As ações afirmativas, como o sistema de cotas para grupos historicamente discriminados, são o principal instrumento para a concretização dessa igualdade material. O Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento de que tais políticas são constitucionais, pois visam promover a inclusão e a diversidade, superando as barreiras que impedem o acesso de certos grupos a oportunidades educacionais. A temporariedade da medida, como previsto na lei estadual do caso, é também uma característica que reforça sua legitimidade. A Constituição Federal dispõe: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”; “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;” No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal dispõe: “STF - ADPF 186 - O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, assentando a plena constitucionalidade do sistema de cotas para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB), por entender que a política se harmoniza com princípios constitucionais como a igualdade, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo.”

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 15. Mariana, que nasceu no Brasil, decidiu adquirir a nacionalidade de um país asiático. Embora este país não tivesse imposto condições para sua permanência no respectivo território ou para o exercício dos direitos civis, ela acreditava que essa decisão facilitaria sua circulação pelo continente asiático, já que tinha o propósito de explorar vários sítios montanhosos.

No entanto, ao retornar ao Brasil neste mês, Mariana foi informada de que essa escolha pode resultar na perda de sua nacionalidade brasileira. Preocupada, ela consultou você, como advogado(a), para esclarecer a situação, explicando que nunca realizou qualquer pedido expresso para abdicar da nacionalidade brasileira.

Sobre a situação de Mariana, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) Ela mantém a nacionalidade brasileira, no caso em análise, apenas o pedido expresso de perda da nacionalidade pode gerar tal consequência.
- b) Ela não perde a nacionalidade brasileira, desde que comunique previamente ao governo brasileiro que não deseja renunciar a ela ao adquirir a nova nacionalidade.
- c) Ela perde a nacionalidade brasileira apenas se deixar de exercer direitos políticos e civis no Brasil, como o voto ou a manutenção de propriedades, após adquirir a nova nacionalidade.
- d) Ela perde a nacionalidade brasileira, pois ao adquirir voluntariamente outra nacionalidade, sem imposição do Estado estrangeiro, ela perde automaticamente a nacionalidade originária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda as hipóteses de perda da nacionalidade brasileira, tema que foi recentemente alterado pela Emenda Constitucional nº 131/2023.

A alternativa A está correta. Com a nova redação dada ao Art. 12, § 4º, da Constituição pela Emenda Constitucional nº 131/2023, a aquisição voluntária de outra nacionalidade, por si só, não acarreta mais a perda da nacionalidade brasileira. A perda agora só ocorre em duas situações: cancelamento da naturalização por sentença judicial ou por meio de um pedido expresso do próprio indivíduo. Como Mariana não fez nenhum pedido expresso para renunciar à sua nacionalidade originária, ela a mantém, independentemente dos motivos que a levaram a adquirir a nacionalidade estrangeira. Vejamos como a Constituição Federal dispõe: “Art. 12. [...] § 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional; II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.”

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 16. Carlos Frederico, Deputado Estadual no Estado Alfa, apresentou projeto de lei que versa sobre tema que, embora considerado de grande relevância, não se enquadra no rol de matérias de competência legislativa expressa de qualquer dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Por essa razão, alguns de seus colegas deputados suscitaram a possível incompetência da Assembleia Legislativa de Alfa para legislar sobre o tema. Para esclarecer a dúvida, o Procurador-Geral da Assembleia Legislativa foi chamado a se manifestar.

Assinale a opção que apresenta, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o esclarecimento prestado.

a) A Assembleia Legislativa do Estado Alfa pode legislar sobre a matéria.

b) O projeto de lei é inconstitucional, porque a competência legislativa sobre a matéria é exclusiva da União.

c) A omissão constitucional permite concluir que se está diante de matéria de interesse local e de competência municipal.

d) A constitucionalidade do projeto de lei somente será reconhecida se, aprioristicamente, a Assembleia Legislativa de Alfa solicitar autorização ao Congresso Nacional para a respectiva tramitação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a repartição de competências legislativas na Federação brasileira, especificamente a competência residual (ou remanescente) dos Estados-membros.

A alternativa A está correta. O modelo federativo brasileiro distribui as competências legislativas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A Constituição Federal enumera as competências da União e dos Municípios, além das competências concorrentes. Pela sistemática constitucional, as competências que não foram expressamente atribuídas à União ou aos Municípios, e que também não são vedadas pela Constituição, são reservadas aos Estados. Trata-se da chamada competência residual ou remanescente. Como o enunciado afirma que a matéria não se enquadra na competência expressa de nenhum ente, conclui-se que ela pertence à competência residual do Estado Alfa. No mesmo sentido, a Constituição Federal dispõe: “Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. § 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 17. De acordo com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em relação ao Direito à Proteção Judicial, previsto no Art. 25 do Pacto de São José da Costa Rica, assinale a afirmativa correta.

a) O direito à proteção judicial não se exaure na prestação da tutela judicial cognitiva, sendo imprescindível que o Estado garanta os meios para executar, de maneira efetiva, as suas decisões definitivas.

b) Trata-se de direito que impõe obrigação meramente instrumental aos Estados-parte. Nesse sentido, é suficiente a previsão de recursos no plano formal para que a garantia seja considerada efetivamente observada.

c) Com vistas à preservação da soberania dos Estados-parte, caso sejam necessários esclarecimentos quanto à violação ou não por determinado Estado, de suas obrigações internacionais em virtude das atuações de seus órgãos judiciais, não poderá a Corte IDH examinar os processos judiciais internos, devendo se valer de outros elementos de análise.

d) Nos casos em que se verificou uma situação de graves violações a Direitos Humanos, é obrigação do Estado-parte promover a devida apuração e responsabilização de todos os envolvidos, sejam autoridades oficiais ou particulares. Admite-se, como única justificativa legítima ao não sancionamento dos responsáveis, a concessão de anistia, quando prevista em lei, devidamente aprovada pelo Poder Legislativo competente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do sobre a Convenção Interamericana de Direitos Humanos., mais precisamente acerca da proteção judicial.

A alternativa A está correta. A Corte IDH possui o entendimento consolidado de que a proteção judicial deve ser efetiva (effet utile). Se um juiz reconhece seu direito (cognição), mas o Estado não fornece meios para que essa decisão saia do papel (execução), o direito foi violado. Vejamos o disposto no artigo 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos: "Artigo 25. Proteção judicial - 1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais. 2. Os Estados Partes comprometem-se: a. a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpuser tal recurso; b. a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; e c. a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso."

A alternativa B está incorreta. Para a Corte IDH, não basta que o recurso exista no código de processo (existência formal); ele precisa ser adequado e eficaz na prática. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Em que pese a Corte IDH não seja uma "quarta instância" para revisar erros de interpretação de leis locais, ela tem competência para analisar processos internos para verificar se eles respeitaram as Garantias Judiciais (Art. 8º) e a Proteção Judicial (Art. 25).

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a anistia não é uma justificativa legítima para deixar de punir torturadores ou responsáveis por crimes de lesa-humanidade. Nesse sentido, conforme afirma Amerigo Incalcaterra, Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH): "As leis de anistia, especialmente em casos de graves violações de direitos humanos, são claramente incompatíveis com o direito internacional dos direitos humanos e devem ser rejeitadas expressamente. E sua aplicação não deve ser deixada ao critério de um juiz ou tribunal".

QUESTÃO 18. Na condição de advogado(a) especializado(a) na defesa de Direitos Humanos, você é procurado(a) por membros de uma comunidade de povos originários, interessados em

regularizar a situação das terras por eles tradicionalmente ocupadas. A referida comunidade pretende obter esclarecimentos acerca do seu eventual direito de propriedade, bem como quanto à forma de sua utilização.

Em relação ao tema, de acordo com o sistema regional americano e o ordenamento jurídico nacional, assinale a opção que apresenta, corretamente, o seu esclarecimento.

a) De acordo com o ordenamento jurídico interno, aos povos originários é assegurado o usufruto exclusivo das riquezas do solo por eles tradicionalmente ocupado. Nesse sentido, pode a comunidade, exercendo o seu direito à autodeterminação, cultivar organismos geneticamente modificados em suas terras.

b) A Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, reconhece expressamente o direito de propriedade dos povos originários em relação às terras que tradicionalmente ocupam.

c) Ao reconhecer, em favor das comunidades de povos originários, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, o ordenamento jurídico nacional admite que tais áreas possam ser objeto de contrato de arrendamento, desde que celebrado pelos próprios, adequadamente representados e informados.

d) Embora a Corte Interamericana de Direitos Humanos não reconheça o direito de propriedade coletiva em favor das comunidades de povos originários quanto às terras que tradicionalmente ocupam, a Constituição Federal de 1988 expressamente determinou a outorga do título de propriedade aos povos originários, desde que demonstrada a tradicionalidade da sua ocupação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre povos originários.

A alternativa A está incorreta. A Lei 11.460/2007 proíbe, expressamente, o cultivo de OGMs em terras indígenas. Vejamos: “Art. 1. Ficam vedados a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados nas terras indígenas e áreas de unidades de conservação, exceto nas Áreas de Proteção Ambiental.”

A alternativa B está correta. O Artigo 14.1 determina que os Estados devem reconhecer os direitos de propriedade e de posse sobre as terras ocupadas. Vejamos o que dispõe o Art. 14.1 da Convenção 169, OIT: “Artigo 14 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.”

A alternativa C está incorreta. No Brasil, as terras indígenas são bens da União (Art. 20, XI, CF/88) e são inalienáveis e indisponíveis. Vejamos: “Art. 20. São bens da União: XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.”. Nesse sentido, é proibido o arrendamento dessas terras, pois são para usufruto exclusivo dos indígenas. Vejamos: “Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social,

costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

A alternativa D está incorreta. A Corte IDH RECONHECE, sim, o direito à propriedade coletiva. A Corte Interamericana de Direitos Humanos prolatou sentença em 05 de fevereiro de 2018, sendo o Brasil responsabilizado por violar direitos de propriedade coletiva e o acesso à justiça do Povo Indígena Xucuru.

QUESTÃO 19. João, que acabara de assumir a função de tesoureiro do partido político Alfa, solicitou explicações ao(à) advogado(a) do partido a respeito dos cuidados que deveria ter na aplicação dos recursos oriundos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), mais especificamente em relação à existência de plena liberdade valorativa do partido político na aplicação desses recursos e à necessidade, ou não, de prestação de contas.

Sobre a hipótese formulada, assinale a afirmativa correta.

a) Os recursos devem ser aplicados por Alfa, nas finalidades autorizadas em lei, sendo objeto de prestação de contas à Justiça Eleitoral, embora o referido Fundo receba tanto valores de origem pública como privada.

b) Os recursos recebidos por Alfa devem ser aplicados nas finalidades autorizadas em lei, sendo objeto de prestação de contas apenas ao seu órgão de direção nacional, embora o referido Fundo seja formado a partir das sobras da arrecadação da União.

c) Como Alfa tem personalidade jurídica de direito privado, pode aplicar livremente os recursos recebidos nas finalidades previstas em seu estatuto e deve prestar contas à Justiça Eleitoral, quando se comprometer a realizar um projeto de interesse público.

d) Os recursos devem ser aplicados por Alfa nas finalidades livremente autorizadas em seu estatuto, mas, como os valores remetidos ao referido Fundo são captados pela Justiça Eleitoral com as multas eleitorais e as dotações da União, deve haver prestação de contas ao Tribunal de Contas da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Fundos Partidários.

A alternativa A está correta, é a previsão do art. 34 da Lei nº 9.096/1995 que traz a necessidade de prestação de contas para a Justiça Eleitoral. “Art. 34. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a

prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas: I - obrigatoriedade de designação de dirigentes partidários específicos para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais; II - (revogado); III - relatório financeiro, com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados; IV - obrigatoriedade de ser conservada pelo partido, por prazo não inferior a cinco anos, a documentação comprobatória de suas prestações de contas; V - obrigatoriedade de prestação de contas pelo partido político e por seus candidatos no encerramento da campanha eleitoral, com o recolhimento imediato à tesouraria do partido dos saldos financeiros eventualmente apurados.”.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 34 estabelece que a prestação de contas será para a Justiça Eleitoral e não ao órgão de direção nacional do partido. “Art. 34. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:”.

A alternativa C está incorreta, pois os recursos aplicados devem observar os critérios previstos na Lei nº 9.096/1995. O partido político não pode, portanto, aplicar livremente tais recursos. “Art. 34. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:”.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o art. 34 determina que a prestação de contas será à Justiça Eleitoral e não ao Tribunal de Contas da União. “Art. 34. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:”.

QUESTÃO 20. João, prefeito do Município Alfa, no ano em que seriam realizadas eleições municipais, cedeu, de maneira gratuita, o uso de um prédio público, mais especificamente de uma escola pública, fora do horário de aulas, para que os partidos políticos pudessem promover as convenções partidárias nas quais seriam escolhidos os candidatos ao pleito.

Ana, cidadã com elevado senso cívico, consultou você, como advogado(a), sobre a compatibilidade dessa medida com a legislação eleitoral.

Em relação à atitude de João, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão proferida gera prejuízo ao erário, pois, embora o prédio público possa ser utilizado pelos partidos políticos para a finalidade indicada, deveria ser pago aluguel.

b) João decidiu de maneira harmônica com a legislação eleitoral, pois o prédio público não pode ser utilizado para finalidades privadas, estando configurada uma conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais.

c) A decisão de João mostra-se correta, pois, embora exista a regra geral de que os agentes públicos não podem ceder imóveis públicos em benefício dos partidos políticos, é ressalvada a realização de convenção partidária.

d) A decisão de João está ajustada à sistemática legal, pois, em prol do princípio democrático, os imóveis públicos devem ser cedidos, para fins exclusivamente eleitorais, aos candidatos, aos partidos e às coligações que os solicitem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.

A alternativa A está incorreta, pois o inciso I do art. 73 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) estabelece uma ressalva com relação às convenções partidárias. Permite-se, portanto, a cessão ou uso de bens móveis ou imóveis para tal finalidade, sem causar dano ao erário. “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;”.

A alternativa B está incorreta, a conduta praticada por João não é vedada pela Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), uma vez que o próprio art. 73, I, ressalva a realização das convenções partidárias. “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;”.

A alternativa C está correta, pois a conduta de João está correta, com base no art. 73, I, da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997): “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;”.

A alternativa D está incorreta, uma vez que os imóveis públicos apenas poderão ser cedidos para fins de realização de convenção partidária, será vedado qualquer outra destinação em período de campanha. “Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;”.

QUESTÃO 21. Sobre a concessão de visto, com base na Lei de Migração e na Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- a) O visto de visita poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo indeterminado para tratar de sua saúde.
- b) O visto de visita não será exigido do estrangeiro em caso de escala ou conexão em território nacional, ainda que o visitante deixe a área de trânsito internacional por algumas horas.
- c) Entre as hipóteses de concessão do visto temporário está a do imigrante que vem ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que venha praticar atividade religiosa ou serviço voluntário.
- d) O visto diplomático não poderá ser estendido aos dependentes das autoridades e funcionários estrangeiros que viajem ao Brasil em missão oficial de caráter transitório ou permanente, representando Estado estrangeiro ou organismo internacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre concessão do visto.

A alternativa A está incorreta. O visto de visita proíbe expressamente que a pessoa estabeleça residência ou exerça atividade remunerada (art. 13, §1º da Lei 13.445/2017).

A alternativa B está incorreta. A regra de isenção de visto para escala ou conexão só vale enquanto o passageiro permanecer na área de trânsito internacional (art. 13, §3º da Lei 13.445/2017).

A alternativa C está correta. O visto temporário é a porta de entrada para quem deseja estabelecer residência por tempo determinado, seja para trabalhar, estudar, pesquisar ou exercer missão religiosa/voluntária. Vejamos o disposto no art. 14, g, Lei de Migração: “Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses: I - o visto temporário tenha como finalidade: g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário;

A alternativa D está incorreta. Podem, sim, ser estendidos aos dependentes da autoridade (cônjuge, filhos, etc.), conforme prevê o regulamento da Lei de Migração em seu art. 15, §2º.

QUESTÃO 22. Hector, cidadão espanhol, chega ao Brasil, em janeiro de 2024, para passar as férias de verão em Salvador. Contudo, é proibido de ingressar no país pela Polícia Federal do Aeroporto Internacional de Salvador, porque, em janeiro de 2020, Hector foi expulso do Brasil e tal medida fora conjugada com o impedimento de reingresso por cinco anos.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que indica, corretamente, a medida de retirada compulsória a ser aplicada a Hector.

- a) Extradição.

b) Expulsão.

c) Deportação.

d) Repatriação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre repatriação.

A alternativa A está incorreta. Ela é um ato de cooperação internacional. Ocorre quando outro país solicita ao Brasil que entregue alguém para responder a um processo ou cumprir pena lá fora. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Hector já foi expulso no passado, mas a medida que se aplica agora, no momento da tentativa de entrada, tem outro nome. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Se Hector tivesse conseguido passar pela Polícia Federal e fosse pego dias depois na praia, aí sim seria deportado. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. A repatriação é a medida aplicada na fronteira (aeroportos, portos ou terra). O migrante nem chega a entrar formalmente no país. Vejamos o art. 49, Lei de Migração, bem como o art. 5º, XV, CF: "Art. 49. A repatriação consiste em medida administrativa de devolução de pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade. [...] XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;" Como Hector tem um impedimento de reingresso (de 5 anos, e só se passaram 4), a Polícia Federal o impede de entrar e o devolve imediatamente ao país de procedência ou nacionalidade. É o "ir e voltar rapidamente" na fronteira.

QUESTÃO 23. O Estado Alfa, ao final do segundo bimestre de um determinado exercício financeiro, percebeu que a realização da receita poderia não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

Em razão disso, o Poder Executivo teve de realizar, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira. Diante desse cenário, assinale a opção que apresenta, corretamente, a despesa que poderia ser objeto de tal limitação de empenho.

a) A despesa que constitua obrigação legal do ente estadual.

b) A despesa com o pagamento do serviço da dívida estadual.

c) A despesa com desenvolvimento científico custeada por fundo criado para tal finalidade.

d) A despesa com aquisição de material de consumo para setores administrativos do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o tema de execução orçamentária.

A alternativa A está incorreta. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa que constitua obrigação legal do ente estadual não será objeto de limitação. Veja a literalidade do art. 9º, §2º da LRF: “Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente [...]”.

A alternativa B está incorreta. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa com pagamento do serviço da dívida não será objeto de limitação. Veja a literalidade do art. 9º, §2º da LRF: “Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida [...]”.

A alternativa C está incorreta. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa com desenvolvimento científico custeada por fundo criado para tal finalidade não será objeto de limitação. Veja a continuação da literalidade do art. 9º, §2º da LRF: “Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade [...]”.

A alternativa D está correta. A despesa com aquisição de material de consumo para setores administrativos não está incluída nas hipóteses previstas no art. 9º, §2º da LRF. Portanto, trata-se de uma despesa que pode sofrer limitação.

QUESTÃO 24. Apesar de todas as despesas realizadas no primeiro semestre do ano pela Secretaria de Obras do Estado Alfa estarem devidamente previstas na sua lei orçamentária anual, o procedimento formal para sua realização não vinha atendendo integralmente as etapas e regras da legislação vigente, uma vez que todos os pagamentos aos fornecedores e empreiteiros estavam sendo realizados de maneira direta e antecipada ao vencedor da licitação, logo após a conclusão do edital de licitação. Diante desse cenário, à luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

a) Inicialmente deve ser feito o empenho da despesa contratada e, em seguida, salvo casos especiais previstos em legislação específica, a emissão da nota de empenho; após a verificação da entrega do material e da conclusão integral da obra deve haver a liquidação; por último, será emitida a ordem de pagamento para empresa credora.

b) Após a entrega do material e a conclusão da obra certificada pelo servidor público responsável, será emitida a ordem de pagamento, a qual será utilizada pelo credor para sacar o valor devido na instituição bancária oficial, não sendo nos dias de hoje mais necessário o empenho e a liquidação.

c) Tendo havido licitação regular para a contratação de uma empresa para a realização de obras, sendo esta de notória reputação, ficam dispensados empenho e a liquidação, bastando que seja assinado o contrato da obra e apresentada a planilha de custos para que o pagamento seja feito

antecipadamente, ficando a contratada responsável pela imediata devolução caso a obra não seja concluída.

d) Após a realização da licitação regular e contratação formal, mas antes do início da obra, deverá ser obtida autorização prévia do Tribunal de Contas para que este órgão fiscalizador realize o empenho e emita a nota de empenho; em seguida, o órgão contratante deverá acompanhar a entrega do material e a realização da obra, ficando a cargo deste apenas a liquidação e emissão da ordem de pagamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre o tema de execução da despesa pública.

A alternativa A está correta. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 60, veda a realização de despesa sem prévio empenho, havendo casos especiais em que será dispensada a emissão da nota de empenho. Veja a Literalidade do art. 60: “É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. §1º - Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho”. Já o art. 62 Prevê que: “o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação” e o art. 64: “A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga”. Dessa forma, a letra A é a única que atende aos critérios estabelecidos em lei.

A alternativa B está incorreta. Ao afirmar que as fases de empenho e liquidação são prescindíveis, a alternativa confronta com o que está previsto nos arts. 60 e 62 da Lei nº 4.320/1964. Observe a literalidade do art. 60: “É vedada a realização de despesa sem prévio empenho” e do art. 62: “O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação”.

A alternativa C está incorreta. Conforme visto acima, o empenho e a liquidação são fases necessárias para a realização da despesa. No mais, a Lei de Licitações, em seu art. 145 expressamente prevê que pagamentos antecipados não são permitidos. Observe a literalidade do texto: “Art. 145. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços”.

A alternativa D está incorreta. O Tribunal de Contas é um órgão de controle externo e não de execução da despesa. No mais, o art. 58 da Lei nº 4.320/1964 prevê o seguinte: “o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. Portanto, o empenho é feito pelo órgão contratante.

QUESTÃO 25. O Município Alfa, desejando aumentar sua arrecadação tributária, instituiu por lei ordinária municipal, publicada em 10/07/2025, um novo imposto sobre a concessão de autorizações para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais. A lei estabelece que produziria efeitos a partir de 01/01/2026.

A sociedade empresária ABC Ltda., com estabelecimento comercial no Município Alfa, irressignada com a nova exação, contratou você, como advogado(a), para ajuizar ação declaratória tributária antes do início da vigência da nova lei, visando garantir que não seja cobrada quanto ao novo imposto municipal. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) A ação correta a ser manejada seria a ação anulatória tributária.

b) O novo imposto só pode ser criado por meio de uma lei complementar municipal, e não por mera lei ordinária.

c) A anterioridade nonagesimal não foi obedecida, pois a lei apenas entraria em vigor 90 dias após 01/01/2026.

d) O Município Alfa não pode criar esse novo imposto, por não estar compreendido em sua competência tributária constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre competência tributária.

A alternativa A está incorreta. Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, (...). Veja literalidade da lei (...) / jurisprudência "X": "Transcrição da jurisprudência ou texto de lei".

A alternativa B está incorreta. A Constituição, em seu art. 150, estabelece a vedação aos entes federados, de instituir tributos sem lei que o estabeleça. Observe a literalidade do art. 150 da CF: "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça". Observe que a CF não faz reserva de lei complementar. No mais, o art 3º do CTN prevê que "tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada". Observe que a regra geral no sistema tributário brasileiro é que tributos são instituídos por lei ordinária.

A alternativa C está incorreta. A anterioridade nonagesimal, na verdade, foi sim obedecida. A contagem do prazo inicia-se a partir da publicação da lei que instituiu o tributo. É o que prevê o art. 150, III, b, da CF: "antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b".

A alternativa D está correta. Os municípios não possuem autorização para criar impostos novos fora de sua competência constitucional, a qual é taxativa. Dessa forma, o art. 156 da CF prevê que os municípios podem instituir impostos sobre: "I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar". Observe que a hipótese apresentada não se enquadra na competência tributária municipal.

QUESTÃO 26. Nova lei federal, ampliando o prazo de pagamento de certo tributo federal, foi publicada em 15/06/2023. Contudo, seu texto foi omissivo quanto ao momento em que entraria em vigor. Diante desse cenário de omissão, assinale a opção que indica, corretamente, o momento em que tal lei tributária entrará em vigor, em todo o país.

- a) 30 dias depois de oficialmente publicada.
- b) 45 dias depois de oficialmente publicada.
- c) 90 dias depois de oficialmente publicada.
- d) no 1º dia do exercício seguinte àquele em que foi oficialmente publicada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a vigência da norma tributária.

A alternativa A está incorreta. A vigência da lei seguirá o que é disciplinado pela LINDB. Segundo o art. 1º da LINDB: “Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. Lembrando que vigência é diferente de eficácia da norma.

A alternativa B está correta. Segundo o art. 1º da LINDB: “Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. Dessa forma, diante da omissão legislativa, pode-se considerar que a lei entrará em vigor 45 dias depois de sua publicação.

A alternativa C está incorreta. A vigência da lei seguirá o que é disciplinado pela LINDB. Segundo o art. 1º da LINDB: “Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. Lembrando que vigência é diferente de eficácia da norma.

A alternativa D está incorreta. A vigência da lei seguirá o que é disciplinado pela LINDB. Segundo o art. 1º da LINDB: “Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada”. Lembrando que vigência é diferente de eficácia da norma.

QUESTÃO 27. O Estado Alfa publicou, em 29/12/2024, uma nova lei ordinária, instituindo a incidência de IPVA sobre a propriedade de veículos automotores aéreos e aquáticos, com fato gerador ocorrendo no dia 1º de janeiro de cada ano. A partir do mês de janeiro de 2025, o Fisco Estadual começou a enviar aos contribuintes carnês de pagamento de IPVA incidente sobre tais veículos aéreos e aquáticos, com data de pagamento até o final de fevereiro de 2025.

Acerca deste cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A cobrança poderia ser feita a partir de 01/01/2025.
- b) As novas hipóteses de incidência de IPVA são inconstitucionais.
- c) A cobrança poderia ser feita apenas decorridos 90 dias da data em que foi publicada a nova lei.
- d) A lei somente poderia instituir a incidência de IPVA sobre a propriedade de veículos automotores aquáticos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre anterioridade nonagesimal.

A alternativa A está incorreta. Em 01/01/2025 a anterioridade anual teria sido observada. No entanto, não poderia ser cobrada nessa data, ainda, pois violaria o princípio da anterioridade nonagesimal.

A alternativa B está incorreta. A instituição do imposto mencionado não é inconstitucional, pois preserva a competência estadual em instituir tal tributo. Observe a literalidade do art. 155, III da CF: “Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [...] III - propriedade de veículos automotores”.

A alternativa C está correta. A cobrança, realmente, só poderia ser cobrada após transcorrido o prazo de noventa dias, em respeito ao art. 150, III, “b” da CF. Observe a literalidade da lei: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] III - cobrar tributos: [...] c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b”.

A alternativa D está incorreta. Conforme visto acima, a incidência recai sobre a propriedade de veículos automotores. Observe, novamente, a literalidade do art. 155, III da CF: “Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [...] III - propriedade de veículos automotores”.

QUESTÃO 28. No Estado Alfa, a lei estadual do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) determina que o lançamento deste tributo se faz por homologação via Internet. Por isso, dentro do prazo previsto em lei para comunicar o óbito à Secretaria Estadual de Fazenda, Júlia, filha e única herdeira de Maria, apresentou ao Fisco estadual a declaração correta de todos os bens que recebera a título de transmissão causa mortis de sua mãe, sendo o tributo integralmente devido ao Estado Alfa. O sistema on-line da Secretaria de Fazenda Estadual gerou a guia de pagamento do ITCMD, com vencimento em 07/03/2024. Contudo, o pagamento dessa guia não foi efetuado. Diante deste inadimplemento, assinale a opção que indica a partir de quando é contado o prazo prescricional para cobrança deste tributo.

a) Da data do óbito da mãe de Júlia, seu fato gerador.

b) Do dia seguinte ao vencimento previsto na guia de pagamento.

c) Do primeiro dia do exercício seguinte àquele do óbito da autora da herança.

d) Da data em que Júlia entrega a declaração ao Fisco estadual, seu fato gerador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de prazo prescricional para cobrança de tributo.

A alternativa A está incorreta. A prescrição não começa do fato gerador, mas sim da constituição definitiva do crédito tributário. É o que prevê o art. 174, do CTN: “A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.”.

A alternativa B está correta. O enunciado trata de ITCMD sujeito a lançamento por homologação, com declaração correta e valor apurado, portanto, o crédito já se encontrava constituído. Em razão disso, aplica-se o prazo prescricional do art. 174 do CTN, que se inicia no dia seguinte ao vencimento da obrigação não paga. Observe a literalidade da lei: “A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva”.

A alternativa C está incorreta. Conforme dito acima, o art. 174 do CTN prevê que: “a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva”.

A alternativa D está incorreta. Conforme visto acima, o prazo inicia-se no dia seguinte ao vencimento da obrigação não paga, conforme previsão do art. 174, I do CTN.

QUESTÃO 29. Educando 100%, associação civil sem fins lucrativos, portadora de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), contratou a Construtora ABC Ltda. a fim de que esta realizasse a construção de um novo edifício para a entidade beneficente. Sobre o serviço de realização de obras incide o Imposto sobre Serviços (ISS), e a lei local, instituidora do tributo, estabeleceu que é obrigação da tomadora do serviço a retenção do ISS devido. Contudo, Educando 100% não reteve o ISS devido sobre a obra. A construtora prestadora do serviço também não efetuou o pagamento do ISS devido. Sobre a pretensão do Fisco de fazer a cobrança da dívida tributária, assinale a afirmativa correta.

a) A imunidade de Educando 100% impede que incida o ISS nessa prestação de serviços de obras.

b) Como responsável tributária pela retenção do ISS devido, Educando 100% pode ser cobrada pelo Fisco municipal.

c) Educando 100%, na condição de contribuinte, pode ser cobrada pelo Fisco municipal quanto a tais débitos de ISS.

d) Educando 100% é uma entidade imune, de modo que não se aplica a ela a lei local que estabelece a obrigação de o tomador do serviço reter o ISS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre imunidade tributária.

A alternativa A está incorreta. A imunidade é da Associação Educando 100% e não da construtora. Sendo assim, a Construtora ABC será, sim, contribuinte do referido tributo.

A alternativa B está correta. A associação em questão encontra-se na condição de responsável tributário e pode ser cobrado pelo fisco. Observe o que determina o art. 9º, §1º do CTN, que faz referência, também,

às imunidades das instituições sem fins lucrativos: “O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não a dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros”. Portanto, alternativa correta.

A alternativa C está incorreta. Educando 100% não é o contribuinte, mas sim o responsável tributário. Para melhor visualizar, observe o art. 128 do CTN: “Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação”.

A alternativa D está incorreta. Não há nenhum impedimento nesse sentido. Pelo contrário, conforme visto acima, o art. 9º do CTN prevê que a imunidade não exclui a obrigação do tomador de serviços de reter o tributo. Observe, novamente, a literalidade do art. 9º do CTN: “§1º - O disposto no inciso IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não a dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros”.

QUESTÃO 30. Lucas, servidor público estatutário do Município Alfa, procurou Rodrigo, proprietário do estabelecimento comercial XYZ, especializado na manutenção de automóveis, para saber se ele tinha interesse em firmar um contrato administrativo, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do Município. Antes de prosseguir nas tratativas, Rodrigo entrou em contato com você para, na qualidade de advogado(a), prestar-lhe a adequada consultoria jurídica. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a sua orientação.

a) Em razão da inexigibilidade da licitação, é admissível a contratação direta entre o Município Alfa e o particular Rodrigo, desde que seja apresentada justificativa de preço.

b) O Município Alfa deverá realizar o processo licitatório para celebrar o contrato administrativo, vedando-se a contratação direta no cenário narrado, por ausência de previsão legal.

c) Admitir-se-á a contratação direta entre o Município Alfa e o particular Rodrigo, desde que o estabelecimento comercial XYZ esteja situado nos limites territoriais do ente federativo contratante.

d) É possível a contratação direta entre o Município Alfa e o particular Rodrigo, para a prestação de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do ente federativo, por ser caso de licitação dispensável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Licitações, mais especificamente sobre a Contratação Direta.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de inexigibilidade de licitação, pois o caso não se enquadra em nenhuma das situações do artigo 74 da Lei 14.133/2021. Pelo contrário, é caso de licitação dispensável, pois o caso se enquadra perfeitamente no art. 75, inciso I, da Lei 14.133/2021, vide explicação da letra D.

A alternativa B está incorreta. Há, sim, possibilidade de contratação direta no caso, a qual se dará mediante dispensa de licitação, conforme art. 75, inciso I, da Lei 14.133/2021, vide explicação da letra D.

A alternativa C está incorreta. O artigo 72 da Lei 14.133/2021, que traz as condições para haver a contratação direta, não faz menção à obrigatoriedade de o estabelecimento estar localizado nos limites territoriais do ente federativo contratante. Vejamos: “Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço; VIII - autorização da autoridade competente.”

A alternativa D está correta. De fato, é caso de licitação dispensável, conforme art. 75, inciso I, da Lei 14.133/2021: “Art. 75. É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;”.

QUESTÃO 31. José é servidor público estadual lotado em um cargo que exerce o controle interno de determinado órgão administrativo. No exercício de suas atribuições, ele se deparou com um processo administrativo, no qual foi questionada a validade de certo ato administrativo que beneficia a sociedade empresária Calêndula, o qual apresentou vício na sua constituição, mas que está produzindo seus efeitos. Em razão disso, ele tem fundadas dúvidas acerca da necessidade de invalidar o ato administrativo e sobre as providências necessárias para tanto, dúvidas essas que levaram José a consultar a sua assessoria jurídica. À luz do disposto no Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), com a redação conferida pela Lei nº 13.655/2018, que introduziu as disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público no ordenamento pátrio, assinale a opção que indica o esclarecimento correto prestado pela assessoria jurídica.

a) A existência de vício exige que a Administração decrete a invalidação do ato administrativo, com efeitos retroativos, ainda que tal decisão imponha aos sujeitos atingidos ônus e perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

b) Constatado que o vício é insanável, a decisão na esfera administrativa que venha a decretar a invalidação de tal ato administrativo, que ainda não exauriu os seus efeitos, deverá indicar de modo expreso as suas consequências jurídicas e administrativas.

c) A verificação de qualquer vício em ato administrativo deve ensejar necessariamente a sua invalidação, independentemente do momento em que for verificado e de possíveis alternativas para melhor atender ao interesse público, ainda que tais alternativas possam justificar a sua convalidação.

d) No âmbito da esfera controladora, observado o vício, é imperiosa a anulação do ato, a ser prontamente realizada de ofício pela Administração, o que prescinde da observância da ampla defesa e do contraditório, bem como da justificação acerca da necessidade e adequação de tal invalidação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema LINDB.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 21 da LINDB, introduzido pela Lei 13.655/2018: “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.”

A alternativa B está correta. A alternativa está totalmente conforme art. 21 da LINDB, acima transcrito.

As alternativas C e D estão incorretas. Não necessariamente haverá anulação/invalidação. Em muitos casos, é possível também a regularização, conforme art. 21, parágrafo único, da LINDB: “Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.”

QUESTÃO 32. A sociedade empresária XYZ, após o regular processo licitatório, celebrou contrato administrativo com o Estado Alfa, sem previsão de cláusula compromissória ou compromisso arbitral. Contudo, sem qualquer justificativa, a Administração Pública, por meio de uma ordem escrita, suspendeu a execução do contrato, o que já perdura por seis meses. Sendo assim, a entidade privada procurou você, para, na qualidade de advogado(a) auxiliá-la a equacionar a questão posta. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a afirmativa correta.

a) A extinção do contrato administrativo não é juridicamente cabível, pois a suspensão da sua execução não ultrapassou o prazo de 12 meses.

b) A sociedade empresária XYZ não tem direito à extinção do contrato administrativo, pois, como o Estado Alfa suspendeu a sua execução, inexistente inadimplemento contratual.

c) A extinção do contrato administrativo de forma consensual é vedada por expressa previsão legal, a qual impede o emprego da conciliação e da mediação no âmbito da Administração Pública.

d) A entidade privada contratada tem direito à extinção do contrato administrativo, que poderá ser consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração ou, ainda, por meio de decisão judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Contratos.

O enunciado traz exatamente a hipótese do art. 137, § 2º, II, vejamos: “§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses: II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;”. Portanto, nesse caso, a sociedade empresária XYZ terá, sim, direito à extinção do contrato administrativo. Tal extinção pode se dar conforme o art. 138 da lei 14.133/2021, vejamos: “Art. 138. A extinção do contrato poderá ser: I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.” Como o enunciado fala que a extinção se deu por conduta da Administração, não poderá se dar por ato unilateral e escrito desta. Ademais, o enunciado fala também que não há previsão de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, o que elimina a extinção determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral. Assim, resta à sociedade empresária XYZ as seguintes formas de extinção: consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; e por decisão judicial. Assim:

A alternativa D está correta. Conforme artigos 137, § 2º, II, c/c art. 138 da Lei 14.133/2021, a sociedade empresária XYZ pode, sim, pedir a extinção do contrato, a qual se dará por uma das seguintes formas: consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; e por decisão judicial.

As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 33. Caio, político em primeira legislatura, responde, em Juízo, por ato doloso de improbidade administrativa que teria causado prejuízo ao erário. Registre-se que os fatos apurados remontam a fevereiro de 2024. No curso da demanda, após apresentar contestação, suscitando questões preliminares, Caio foi informado de que o Ministério Público requereu a decretação de indisponibilidade de todos os seus bens, englobando, inclusive, o imóvel onde reside, tido como bem de família e adquirido licitamente. Nesse contexto, preocupado com as consequências que um potencial resultado desfavorável na ação judicial geraria na sua carreira política, Caio procurou você, como advogado(a), afirmando que estaria disposto a celebrar um acordo de não persecução cível com o Ministério Público e que possui condições financeiras de ressarcir até 80% do dano causado ao erário. Buscou, ainda, a sua orientação jurídica sobre o processo em curso. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) A defesa técnica poderá interpor agravo de instrumento, caso o Juiz afaste as questões preliminares suscitadas por Caio em sua contestação.

b) O Juiz poderá, convencido da probabilidade da ocorrência do ato de improbidade administrativa descrito na petição inicial, decretar a indisponibilidade dos bens de Caio, inclusive o bem de família.

c) Caio sendo condenado em sentença transitada em julgado, além da perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, estará sujeito à perda da função pública desempenhada e à cassação dos direitos políticos.

d) O Ministério Público e Caio poderão celebrar acordo de não persecução cível, desde que, além do ressarcimento de 80% do dano causado ao erário, o acusado confesse, formalmente, a prática do ato ímprobo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

A alternativa A está correta. Conforme art. 16, § 9º, da Lei 8.429/92: “§ 9º Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá agravo de instrumento, nos termos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 16, § 14, da Lei 8.429/92: “§ 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei.”

A alternativa C está incorreta. Não há cassação de direitos políticos, há apenas suspensão. Conforme art. 12, II, da Lei 8.429/92: “Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: II - na hipótese do art. 10 desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos;”.

A alternativa D está incorreta. Não basta ressarcir 80% do dano. É necessário que o ressarcimento seja integral, conforme art. 17-B da Lei 8.429/92: “Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: I - o integral ressarcimento do dano; II - a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.”

QUESTÃO 34. Matheus, servidor público federal estável, ocupante de cargo público no Ministério do Meio Ambiente, externou o desejo de concorrer, nas próximas eleições, ao cargo de Prefeito

do Município Alfa, cidade onde nasceu. Encorajado pelos amigos, Matheus, leigo na seara jurídica, entrou em contato com você para que, na qualidade de advogado(a), o orientasse sobre o exercício do mandato de prefeito e sua condição de servidor público federal. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das funções públicas federais, assinale a afirmativa correta.

a) Investido no mandato de Prefeito do Município Alfa, Matheus ficará afastado do cargo público ocupado no Ministério do Meio Ambiente, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

b) Como os servidores públicos federais não podem dispor de filiação político-partidária, Matheus deverá exonerar-se do cargo público ocupado no Ministério do Meio Ambiente para que possa concorrer nas eleições municipais.

c) Havendo compatibilidade de horários e sendo investido no mandato de Prefeito do Município Alfa, Matheus perceberá as vantagens do cargo público ocupado no Ministério do Meio Ambiente, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

d) Matheus, a partir do dia primeiro de janeiro do ano da eleição, terá direito, por se tratar de servidor público federal estável, à licença para o exercício de atividade política, que perdurará até o dia subsequente à data da eleição, assegurados os vencimentos do cargo efetivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Agentes Públicos.

A alternativa A está correta. Conforme art. 94, II, da Lei 8.112/90, se investido no mandato de Prefeito do Município Alfa, Matheus ficará afastado do cargo público ocupado no Ministério do Meio Ambiente, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

A alternativa B está incorreta. Não é necessário que Matheus peça exoneração do cargo, ficando apenas afastado, conforme art. 94, II, da Lei 8.112/90, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta. Matheus deve optar pela remuneração de um dos dois, conforme art. 94, II, da Lei 8.112/90, acima transcrito.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 86, § 2º, da Lei 8.112/90: “Art. 86. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral. § 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.”

QUESTÃO 35. A sociedade empresária XYZ, com sede no Estado Alfa, pretende desenvolver atividade econômica potencialmente causadora de significativa degradação ambiental nos territórios dos Estados Alfa e Beta. Dessa forma, com o objetivo de cumprir a legislação ambiental, a entidade contratou você para, na qualidade de advogado(a), dar entrada com o

requerimento de licenciamento ambiental junto ao(s) órgão(s) competente(s), auxiliando-a a obter todas as licenças ambientais necessárias. Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que versa sobre o licenciamento ambiental, assinale a opção que apresenta, corretamente, a sua orientação.

a) O licenciamento ambiental deverá ser realizado pelo órgão ambiental competente do Estado Alfa, onde está localizada a sede da sociedade empresária XYZ.

b) Caberá aos órgãos ambientais dos Estados Alfa e Beta, em conjunto, procederem ao licenciamento ambiental da atividade econômica que a sociedade empresária XYZ pretende desenvolver.

c) Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), autarquia de natureza federal, o licenciamento ambiental da atividade econômica que será desenvolvida pela sociedade empresária XYZ.

d) A sociedade empresária XYZ poderá, a seu critério, requerer o licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente do Estado Alfa ou do Estado Beta, já que a atividade econômica será desenvolvida nos dois entes federativos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Licenciamento Ambiental.

A alternativa A está incorreta. A competência é do IBAMA. Conforme art. 4º, II, da Resolução 237/97 do CONAMA: “Art. 4º Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber: (...) II - localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados;”.

A alternativa B está incorreta. A competência é do IBAMA, conforme já explicado no comentário da letra A.

A alternativa C está correta. De fato, a competência é do IBAMA, conforme art. 4º, II, da Resolução 237/97 do CONAMA, já transcrito acima. No mesmo sentido, temos o art. 7º, XIV, alínea “e”, da LC 240/2011, vejamos: “Art. 7º São ações administrativas da União: XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades: (...) e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;”.

A alternativa D está incorreta. A competência é do IBAMA, conforme já explicado no comentário da letra A.

QUESTÃO 36. A sociedade empresária Algoz, ao realizar o tratamento de determinados produtos químicos, causou danos ambientais que comprometeram o solo de sua propriedade, sendo certo que tanto o Estado X quanto o Município Y foram omissos no dever de fiscalização. Após a

poluidora mascarar os aludidos danos, a propriedade foi vendida para a sociedade empresária Crédula, que não tinha conhecimento de tais fatos. Diante da situação descrita, o Ministério Público ajuizou ação civil pública com vistas a obter a responsabilização civil em decorrência dos danos ambientais, sendo certo que incluiu no polo passivo da demanda a sociedade empresária Crédula, atual proprietária, a sociedade Algoz, que praticou a conduta lesiva ao meio ambiente, bem como o Estado X e o Município Y, pela omissão deles no dever de fiscalização. Considerando os dados apresentados, assinale a afirmativa correta.

a) Os entes federativos têm legitimidade passiva para a demanda, na medida em que sua conduta omissiva não pode ensejar a responsabilização civil.

b) Apenas a sociedade empresária Algoz tem legitimidade passiva para a demanda, na medida em que foi a única que praticou a conduta comissiva que ensejou o dano ambiental.

c) A sociedade empresária Crédula não pode ser civilmente responsabilizada pelos danos ambientais em comento, de modo que não poderia constar do polo passivo da demanda.

d) Tanto as referidas sociedades quanto os entes federativos têm legitimidade passiva para a demanda, pois são passíveis de responsabilização civil todos aqueles que concorrerem para o dano ambiental, comissiva ou omissivamente, sendo certo que a obrigação ambiental é de natureza propter rem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Responsabilidade Civil Ambiental.

A alternativa A está incorreta. Seja a conduta omissiva ou comissiva, há responsabilização pelo dano ambiental. É a posição do STJ sobre o tema, vejamos: “PROCESSUAL CIVIL. AMBIENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO FIGURAR NO PÓLO PASSIVO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC REPELIDA. (...) 3. A conclusão exarada pelo Tribunal a quo alinha-se à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, orientada no sentido de reconhecer a legitimidade passiva de pessoa jurídica de direito público para figurar em ação que pretende a responsabilização por danos causados ao meio ambiente em decorrência de sua conduta omissiva quanto ao dever de fiscalizar. Igualmente, coaduna-se com o texto constitucional, que dispõe, em seu art. 23, VI, a competência comum para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que se refere à proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas. E, ainda, o art. 225, caput, também da CF, que prevê o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (...)”. (STJ - AgRg no Ag: 973577 SP 2007/0275202-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 16/09/2008, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2008).

A alternativa B está incorreta. Todos serão responsabilizados. Conforme art. 225, § 3º, da CF: “§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

A alternativa C está incorreta. A sociedade empresária Crédula pode, sim, ser civilmente responsabilizada. Conforme a Súmula 623 do STJ: “Súmula 623: As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo possível exigi-las, à escolha do credor, do proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente.”

A alternativa D está correta. Conforme já explicado nos comentários das alternativas A, B e C, a responsabilidade civil ambiental é propter rem e solidária. Isso já foi, inclusive, fixado em sede de Repetitivo do STJ, vejamos: “Tema 1204: As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores ou, ainda, dos sucessores, à escolha do credor.”

QUESTÃO 37. Ruth é proprietária do Sítio Felicidade, localizado na zona rural do município de Ribeirão Corrente (SP). Há 15 anos, ela mantém canos subterrâneos de irrigação que atravessam o Sítio da Lua, de propriedade de Demétrio, para captar água de uma nascente situada dentro desse último. O uso sempre foi contínuo e sem oposição, mas invisível a olho nu, já que o sistema está instalado sob o solo. Nunca houve registro da servidão no Cartório de Registro de Imóveis, tampouco um contrato formal entre os antigos proprietários.

Em novembro de 2025, Pedro, novo dono do Sítio da Lua, ao descobrir as tubulações, notificou Ruth para interromper o uso da água, alegando que a servidão não se constituiu validamente por ausência de registro.

Considerando o caso concreto e as normas do Código Civil sobre a constituição e aquisição de servidões, assinale a afirmativa correta.

- a) A usucapião da servidão poderia ser reconhecida após cinco anos de uso contínuo, dada a boa-fé e a posse qualificada de Ruth.**
- b) Ruth adquiriu a servidão por usucapião, pois o uso foi contínuo e incontestado por mais de dez anos, ainda que não fosse visível.**
- c) O direito de Ruth configura mera detenção tolerada, mas poderia ser convertido em servidão após 20 anos de utilização contínua.**
- d) Ruth não adquiriu a servidão, pois, não sendo aparente, exige registro no Cartório de Imóveis para a sua constituição válida, não admitindo usucapião.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da servidão.

A alternativa A está incorreta, porque o prazo de cinco anos para usucapião não se aplica à aquisição de servidões. Além disso, a boa-fé e a posse qualificada são irrelevantes quando a servidão não é aparente, como no caso das tubulações subterrâneas, que não podem ser adquiridas por usucapião, nos termos

do artigo 1.379 do CC/2002: “Art. 1.379. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, nos termos do art. 1.242, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Parágrafo único. Se o possuidor não tiver título, o prazo da usucapião será de vinte anos”.

A alternativa B está incorreta, porque, embora o uso tenha sido contínuo e por prazo superior a dez anos, a servidão em questão é classificada como não aparente. A usucapião de servidão só é admitida para as servidões aparentes, ou seja, aquelas que se manifestam por obras ou sinais exteriores visíveis, conforme interpretação do artigo 1.379 do Código Civil e consolidado pela jurisprudência. Uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo ilustra essa vedação: “É impossível a declaração do usucapião de servidão não aparente por força do 1.379 do Código Civil (antigo artigo 698 do CC/1916)”. TJ-SP — Apelação Cível 9179484-41.2008.8.26.0000 — Publicado em 27/06/2012.

A alternativa C está incorreta, porque o direito de Ruth não é mera detenção por tolerância, mas sim uma posse que, no entanto, não gera o direito à usucapião por se tratar de servidão não aparente. O prazo de 20 anos, previsto no parágrafo único do artigo 1.379 do Código Civil, aplica-se apenas à usucapião de servidões aparentes quando o possuidor não tem justo título, o que não é o caso.

A alternativa D está correta, porque a servidão de aqueduto, quando realizada por meio de canos subterrâneos, é classificada como não aparente. A lei civil e a jurisprudência são claras ao vedar a aquisição de servidões não aparentes por meio da usucapião. Para sua constituição válida e oponibilidade contra terceiros (como o novo proprietário, Pedro), seria indispensável a existência de um título (contrato, testamento) devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis. A ausência desse registro impede que o direito de Ruth prevaleça sobre o direito de propriedade de Pedro. O fundamento legal principal é o artigo 1.379 do CC/2002, vide transcrição na letra A.

QUESTÃO 38. A Farmácia Vida+, participante de um programa de descontos vinculado à operadora de planos de saúde MedSaúde S.A., compartilhou com a operadora informações detalhadas sobre as compras de seus clientes, incluindo medicamentos adquiridos, frequência das compras e histórico de uso de fármacos.

Esse compartilhamento foi realizado sem o consentimento explícito dos clientes, sob a justificativa de que a MedSaúde S.A. poderia utilizar os dados para oferecer benefícios personalizados e otimizar seus serviços de saúde. Ao tomar conhecimento da prática, Cristina, uma das clientes da farmácia, procurou você, como advogado(a) para emitir parecer sobre o caso, especialmente sobre a configuração da violação de algum direito.

Diante dessa situação e com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assinale a opção que apresenta, corretamente, o parecer emitido.

a) O compartilhamento de dados foi legal, pois tanto a farmácia como a operadora de saúde são autorizadas a tratar os dados pessoais de saúde para a execução dos seus contratos.

b) A Farmácia Vida+ violou a LGPD ao compartilhar dados pessoais sensíveis sem o consentimento dos titulares, estando sujeita a sanções e obrigada a eliminar os dados compartilhados.

c) O compartilhamento de dados foi lícito, pois a operadora de saúde tem interesse legítimo na obtenção dessas informações para aprimorar os seus serviços e oferecer benefícios aos clientes.

d) O compartilhamento de dados foi ilegal, mas a Farmácia Vida+ não pode ser responsabilizada, pois a operadora de planos de saúde é a responsável final pelo tratamento das informações, mas ambas são obrigadas a eliminar os dados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da LGPD (Lei nº 13.709/2018).

A alternativa A está incorreta, porque a base legal da "execução de contrato" (prevista no art. 7º, V, da LGPD para dados comuns) é insuficiente para justificar o compartilhamento de dados pessoais sensíveis com outro controlador para uma finalidade distinta daquela para a qual foram originalmente coletados. Dados sobre saúde exigem uma base legal específica. O compartilhamento realizado pela farmácia com a operadora de saúde para obter vantagem econômica é expressamente vedado, nos termos da LGPD: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: § 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica, exceto nas hipóteses relativas a serviços de saúde, de assistência farmacêutica e de assistência à saúde, desde que em benefício dos interesses dos titulares de dados, e para permitir: I - a portabilidade de dados quando solicitada pelo titular; ou II - as transações financeiras e administrativas resultantes do uso e da prestação dos serviços de que trata este parágrafo".

A alternativa B está correta, porque os dados sobre medicamentos adquiridos são considerados dados pessoais sensíveis referentes à saúde, conforme o art. 5º, II, da LGPD. O compartilhamento desses dados para finalidades que não sejam estritamente necessárias à prestação do serviço farmacêutico exige o consentimento específico e destacado do titular. A violação dessa regra sujeita o infrator a sanções e à obrigação de eliminar os dados tratados ilicitamente, nos termos dos artigos 11, § 4º (vide transcrição na letra A), e 52 da LGPD: "Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional: VI - eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;"

A alternativa C está incorreta. O artigo 11, que regula especificamente os dados sensíveis, apresenta um rol taxativo de hipóteses para seu tratamento, no qual o legítimo interesse não se encontra. Portanto, a justificativa de "aprimorar serviços" não é válida para o compartilhamento de dados de saúde sem consentimento. Veja a literalidade da LGPD: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas; II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos; c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis; d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) ; e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro; f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro

em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais”.

A alternativa D está incorreta, porque a LGPD estabelece a responsabilidade solidária entre os agentes de tratamento (controlador e operador) que, de alguma forma, participam da cadeia de tratamento de dados e causam dano ao titular. No caso, tanto a Farmácia Vida+ (que coletou e compartilhou os dados) quanto a MedSaúde S.A. (que os recebeu e utilizou) são consideradas controladoras e, portanto, ambas podem ser responsabilizadas pela violação. A responsabilidade não é exclusiva da operadora de planos de saúde, nos termos do artigo 42 da LGPD: “Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo”.

QUESTÃO 39. Gustavo, viúvo, é pai de Heitor e Gabriela. Gustavo tem uma relação harmoniosa com sua filha e extremamente conturbada com o filho. Por essa razão, Gustavo doou para sua filha uma casa que, ao tempo da liberalidade, correspondia a uma pequena fração de seu patrimônio. No contrato de doação, inexistiu qualquer cláusula especial.

Dois anos após o referido contrato, Gustavo elaborou seu testamento, dispensando Gabriela de colacionar o bem. Com a morte de Gustavo e a abertura de seu testamento, Heitor está questionando a validade do contrato de doação e da dispensa de colação.

Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O contrato de doação é válido, e Gabriela está dispensada de colacionar o bem por força do testamento.**
- b) O contrato de doação é válido, mas a dispensa de colação é nula. Essa dispensa só pode ocorrer no próprio contrato de doação.**
- c) O contrato de doação é nulo, uma vez que a doação de ascendente para um descendente exige o consentimento dos demais descendentes.**
- d) O contrato de doação é anulável, uma vez que a doação de ascendente para um descendente exige o consentimento dos demais descendentes.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do contrato de doação.

A alternativa A está correta, porque o contrato de doação é plenamente válido e a dispensa de colação, realizada posteriormente por meio de testamento, também é eficaz. A doação de ascendente para descendente não exige o consentimento dos demais herdeiros para ser válida, sendo considerada um adiantamento da herança, nos termos do Código Civil: “Art. 544. A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança”. O doador, no entanto, pode dispensar o herdeiro de trazer o bem à colação, determinando que a doação saia de sua parte disponível. A lei permite expressamente que essa dispensa seja feita tanto no ato da

doação quanto em testamento posterior, conforme o Código Civil: “Art. 2.005. São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saiam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da doação. Art. 2.006. A dispensa da colação pode ser outorgada pelo doador em testamento, ou no próprio título de liberalidade”. Como Gustavo fez a dispensa em testamento, um ato de última vontade válido, Gabriela não está obrigada a colacionar o imóvel. Veja que a legislação civil não exige o consentimento dos demais descendentes para a validade da doação de um pai para um filho. Essa exigência de consentimento existe para o contrato de venda de ascendente para descendente (art. 496 do CC), mas não se aplica à doação. A doação é válida desde que não ultrapasse a parte disponível do patrimônio do doador.

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 40. Dagoberto celebrou contrato por meio do qual se comprometeu a comprar a casa de Marina, se seu investimento em ações atingisse um rendimento acima de 10% no dia 20 daquele mês. No dia indicado por Dagoberto, restou comprovado que suas ações renderam 15%, mas ele se negou a comprar o imóvel. Em razão disso, Marina procurou você, como advogado(a), para saber como proceder frente ao caso narrado. Assinale a opção que indica a correta orientação jurídica que você prestou.

- a) Ela pode exigir a compra da casa, porque o encargo foi cumprido.**
- b) Ela não pode exigir a compra da casa, por se tratar de termo incerto.**
- c) Ela pode exigir a compra da casa, já que se implementou a condição suspensiva.**
- d) Ela não pode exigir a compra da casa, pois a condição do negócio é puramente potestativa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do termo, da condição e do encargo.

A alternativa A está incorreta, porque o elemento que condicionava o negócio jurídico não era um encargo, mas sim uma condição. Segundo o professor Paulo Sousa, o encargo é uma determinação que impõe um ônus ou uma obrigação ao beneficiário de uma liberalidade, como uma doação. No caso, o evento futuro e incerto = não era um ônus, mas um fator que suspendia a eficácia do contrato de compra e venda.

A alternativa B está incorreta, porque o negócio não estava sujeito a um termo, mas sim a uma condição. Segundo o professor Paulo Sousa, o termo se refere a um evento futuro e certo. A condição, por sua vez, refere-se a um evento futuro e incerto, como era o caso do rendimento das ações. A incerteza sobre a ocorrência do evento caracteriza a condição, e não o termo.

A alternativa C está correta, porque o contrato celebrado entre Dagoberto e Marina estava sujeito a uma condição suspensiva: a eficácia do negócio estava suspensa até a ocorrência de um evento futuro e incerto. Uma vez que o evento ocorreu, a condição foi implementada. Com isso, o negócio jurídico passou a ter plena eficácia, e a obrigação de Dagoberto comprar o imóvel tornou-se exigível por Marina,

nos termos dos artigos 121 e 125 do Código Civil: “Art. 121. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto. Art. 125. Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa”.

A alternativa D está incorreta, porque a condição não era puramente potestativa. Uma condição puramente potestativa é aquela que sujeita o negócio ao puro arbítrio de uma das partes, o que a tornaria inválida, conforme o art. 122 do Código Civil: “Art. 122. São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes”.

QUESTÃO 41. Mateus e Pedro adquiriram um veículo de Joana, figurando ambos como devedores solidários. Foi pactuado que o pagamento seria feito no prazo de 30 dias, contado da data da celebração do contrato. Ocorre que, dez dias após o acordo, Mateus faleceu, deixando dois herdeiros.

Sobre as obrigações de cada um dos herdeiros de Mateus, assinale a afirmativa correta.

- a) Estão obrigados a pagar a dívida como um todo, se a obrigação for divisível, com direito de ação regressiva contra Pedro.**
- b) Estão desobrigados de qualquer pagamento, pois a responsabilidade pelo pagamento não é transmitida aos herdeiros.**
- c) São obrigados, individualmente, a pagar a dívida que corresponder ao devedor solidário falecido, pois a obrigação é divisível.**
- d) São obrigados a pagar apenas a parte que corresponder à sua cota hereditária, pois a obrigação é divisível.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das obrigações solidárias.

A alternativa D está correta, porque a morte de um devedor solidário extingue a solidariedade para os seus herdeiros. A obrigação, sendo divisível (como uma dívida em dinheiro), é dividida entre os herdeiros, e cada um responderá apenas pela parte da dívida que for proporcional à sua cota na herança. O fundamento legal para essa regra é o artigo 276 do Código Civil: “Art. 276. Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores”.

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 42. No último domingo, após uma partida de futebol, Ariano ofereceu carona em seu carro a João, seu fraterno amigo. Ao transitar por certa avenida em velocidade muito acima da permitida, o veículo conduzido por Ariano colidiu com um poste.

João, com a colisão, sofreu graves lesões por todo corpo, tendo inclusive que amputar uma perna. A esposa de João, que está grávida, ficou extremamente abalada, encontrando-se internada em Unidade de Terapia Intensiva em um hospital público.

A respeito do tema da responsabilidade civil de indenizar, com base nas súmulas do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) É possível a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral eventualmente sofridos por João, em razão das graves lesões sofridas no acidente.

b) A legitimidade para pleitear a indenização por dano moral é exclusiva de João, sendo inadmissível que sua esposa venha a pleitear perdas e danos pelo acidente.

c) Mesmo que o transporte realizado por Ariano tenha sido desinteressado e de simples cortesia, ele responde objetivamente pelos danos sofridos por João.

d) Como se trata de responsabilidade civil extracontratual, os eventuais danos sofridos por João geram juros moratórios e correção monetária a partir do trânsito em julgado da sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da responsabilidade civil.

A alternativa A está correta, porque o dano estético, decorrente da deformidade física permanente, e o dano moral, relacionado ao sofrimento psíquico, possuem fundamentos distintos, o que autoriza que suas indenizações sejam recebidas conjuntamente, nos termos da Súmula 387 do STJ: "É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral."

A alternativa B está incorreta, porque a jurisprudência admite que familiares próximos, como a esposa, têm legitimidade para pleitear indenização pelo sofrimento próprio decorrente do acidente (dano moral reflexo ou em ricochete), nos termos do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça: "O dano moral indireto ou reflexo é aquele que, tendo se originado de um ato lesivo ao direito personalíssimo de determinada pessoa, não se esgota na ofensa à própria vítima direta, atingindo, de forma mediata, direito personalíssimo de terceiro, em razão de seu vínculo afetivo estreito com aquele diretamente atingido". STJ — AgInt no AREsp 2542393 MG — Publicado em 26/06/2024.

A alternativa C está incorreta, porque a responsabilidade civil no transporte de simples cortesia é subjetiva, e não objetiva, exigindo a comprovação de que o condutor agiu com dolo ou culpa grave para que seja obrigado a indenizar, nos termos da Súmula 145 do STJ: "No transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave."

A alternativa D está incorreta, porque em casos de responsabilidade civil extracontratual, os juros de mora não contam a partir do trânsito em julgado, mas sim do evento danoso, e a correção monetária

sobre o dano moral incide a partir da data de sua fixação, nos termos das Súmulas 54 e 362 do STJ, respectivamente: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual" e "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento."

QUESTÃO 43. Marcos, 17 anos, responde a processo de apuração de ato infracional. Segundo a representação, o adolescente foi apreendido quando estava subtraindo bens de um estabelecimento comercial. Assim, foi-lhe imputada a conduta análoga ao Art. 155 do Código Penal (furto). Mariana, 40 anos, mãe de Marcos, (o/a) procura, na condição de advogado(a), para fazer a defesa.

Designada audiência de apresentação, estavam presentes Marcos, Mariana e as testemunhas de acusação. Tanto Marcos quanto Mariana confirmaram, perante a autoridade judiciária, que você fará a defesa técnica naquele processo. Entretanto, o Juízo verificou que não há procuração juntada aos autos. Por isso, o excluiu do feito e nomeou a Defensoria Pública para patrocinar os interesses do adolescente, contra a vontade deste e de sua genitora.

Considerando o caso acima narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) O Magistrado errou ao nomear a Defensoria Pública, pois deveria ter adiado a audiência e dado um prazo razoável para a juntada da procuração.**
- b) Considerando a ausência de procuração, o adolescente estava indefeso, de modo que o Juízo agiu corretamente ao nomear a Defensoria Pública.**
- c) O Magistrado errou, uma vez que é dispensada a outorga de mandato quando o advogado(a) constituído(a) tiver sido indicado(a) por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.**
- d) O Juízo errou, pois deveria adiar o ato e oficiar à OAB para a apuração de eventual infração disciplinar, já que o advogado(a) não poderia se apresentar na audiência sem a juntada da respectiva procuração.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da representação.

A alternativa C está correta. A indicação do advogado em audiência, perante o juiz, é um ato que tem força para constituir o defensor no processo. A manifestação de vontade de Marcos, corroborada por sua mãe, é mais do que suficiente para formalizar a contratação para aquele ato, dispensando o instrumento de procuração. Essa prática é consolidada e visa garantir a efetividade da defesa, evitando que formalismos prejudiquem um direito fundamental do adolescente. Veja a literalidade do ECA: "Art. 207. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor. § 1º Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência. § 2º A ausência do defensor não determinará o adiamento de nenhum ato do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que

provisoriamente, ou para o só efeito do ato. § 3º Será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária”.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 44. Maria e José, ambos com 45 anos, possuem um filho em comum, Paulo, que, hoje, tem 17 anos. Quando Paulo tinha 12 anos, Maria e José se divorciaram e foi estipulada judicialmente a guarda unilateral para Maria, sendo certo que José sempre usou o seu direito de convivência com o adolescente em finais de semanas alternados.

Após muito esforço, Maria conseguiu angariar recursos para fazer uma viagem dentro do território nacional com Paulo. A viagem será de uma semana e não afetará o direito de visitação de José. Ocorre que o genitor se opõe à viagem, mesmo sem apresentar qualquer justificativa para isso. Preocupada, Maria procura você, como advogado(a), para que lhe preste a solução jurídica adequada.

De acordo com o ECA, assinale a opção que, corretamente, indica a sua orientação.

- a) Maria deverá buscar o Juízo da Infância e Juventude e obter alvará para a autorização de viagem.**
- b) José só pode se opor à viagem se tivesse sido estipulada a guarda compartilhada, o que não é a hipótese apresentada.**
- c) Maria só pode fazer essa viagem com expressa autorização de José, já que ambos são detentores do poder familiar.**
- d) Maria não precisa da anuência do genitor, nem de autorização judicial, uma vez que a viagem é dentro do território nacional.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da necessidade de autorização para viajar.

A alternativa D está correta, pois, para viagens dentro do Brasil, a lei não exige autorização judicial nem a anuência do outro genitor quando o adolescente está acompanhado por um de seus pais. A regra que exige autorização judicial se aplica apenas a crianças ou adolescentes menores de 16 anos que viajam desacompanhados. Como Paulo tem 17 anos e viajará com sua mãe (guardiã), não há qualquer impedimento legal. O fundamento é o art. 83, caput, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial”.

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 45. Maria adquiriu um aquecedor elétrico de uma marca renomada. Após uma semana de uso, o aquecedor apresentou um curto-circuito, causando um incêndio que danificou parte de sua residência. Após investigações, constatou-se que o defeito era decorrente de uma falha de fabricação, já relatada por outros consumidores.

Ao buscar uma solução com o fabricante, este alegou que o acidente foi causado pelo uso inadequado do produto e negou responsabilidade.

Sobre o fato narrado, com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

a) No caso, não há que se falar em responsabilidade do fornecedor, pois o risco de curto-circuito é inerente a todos os produtos elétricos.

b) O fabricante só será responsabilizado se Maria provar que o acidente não decorreu de uso inadequado, independentemente da constatação do defeito do produto.

c) O fabricante poderá ser responsabilizado se Maria provar que utilizou o aquecedor conforme as instruções do manual de uso, bem como demonstrar a adequação de suas instalações elétricas.

d) O fabricante é responsável pelos danos causados pelo aquecedor defeituoso, independentemente de culpa e, comprovado o nexo causal entre o defeito e os danos, responderá de forma objetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da responsabilidade pelo fato do produto.

A alternativa A está incorreta, porque um produto que causa um incêndio devido a uma falha de fabricação não oferece a segurança que dele se espera, caracterizando-se como defeituoso e gerando responsabilidade para o fornecedor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor: "Art. 12, § 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam".

A alternativa B está incorreta, porque a responsabilidade do fabricante por fato do produto é objetiva, o que significa que o ônus de provar a culpa exclusiva do consumidor é do fabricante, e não o contrário, nos termos do Código de Defesa do Consumidor: "Art. 12. § 3º O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro".

A alternativa C está incorreta, porque, devido à responsabilidade objetiva, cabe ao fabricante provar que o dano foi causado por uso inadequado ou por instalações elétricas defeituosas para se eximir da responsabilidade, e não à consumidora provar o uso correto, nos termos do art. 12 do CDC, já transcrito acima.

A alternativa D está correta, porque o CDC estabelece a responsabilidade objetiva do fabricante por acidentes de consumo (fato do produto), o que significa que ele responde pelos danos independentemente da existência de culpa, bastando a comprovação do defeito, do dano e do nexo de causalidade entre eles, nos termos do CDC: "Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos".

QUESTÃO 46. Augusto assinou um contrato de adesão com a sociedade empresária Aqua Limpa, fornecedora de água e esgoto em sua cidade, para o fornecimento de água em sua residência. Após meses de uso regular, Augusto foi surpreendido por uma cobrança inesperada no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo alegado um "ajuste de consumo retroativo".

A sociedade empresária Aqua Limpa informou que o valor deveria ser pago imediatamente para evitar o corte no fornecimento de água. No entanto, Augusto verificou que o contrato não mencionava essa possibilidade de ajuste retroativo, nem qualquer explicação prévia sobre o cálculo desse valor.

Diante da situação hipotética narrada e com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

a) Por ser um contrato escrito, Augusto não tem direito de contestar a cobrança, já que os termos do contrato foram previamente estipulados pela sociedade empresária e aceitos por ele.

b) Augusto deve questionar judicialmente a cobrança, uma vez que o contrato de adesão deve ser interpretado da forma mais favorável ao consumidor quando houver cláusulas ambíguas, contraditórias ou omissas.

c) Como o fornecimento de água é um serviço essencial, a sociedade empresária Aqua Limpa não pode cortar o fornecimento de água, embora possa realizar a cobrança dos valores retroativos nos termos pactuados.

d) A sociedade empresária Aqua Limpa pode cortar o fornecimento de água imediatamente se Augusto não pagar a dívida, pois a imediata interrupção no fornecimento de serviços em razão de inadimplência, independentemente de notificação, é lícita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do contrato de adesão.

A alternativa A está incorreta, porque o fato de um contrato ser de adesão não o torna imune a questionamentos. Pelo contrário, o CDC protege o consumidor contra cláusulas abusivas, não transparentes ou que o coloquem em desvantagem exagerada, mesmo que ele tenha assinado o documento, conforme CDC: "Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: IV - estabeleçam obrigações consideradas

iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade; X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral; XIII - autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração;”.

A alternativa B está correta, pois, em contratos de adesão, qualquer omissão ou ambiguidade deve ser interpretada a favor do consumidor. Como o contrato não previa a possibilidade de um "ajuste de consumo retroativo", essa cobrança surpresa é ilegal por violar o direito à informação e o princípio da transparência. Veja a literalidade do CDC: “Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor”.

A alternativa C está incorreta, porque a segunda parte da afirmação é falsa. Uma cobrança surpresa, unilateral e sem previsão contratual viola diretamente o direito básico do consumidor à informação e o princípio da transparência. Nos termos do art. 51, X, do CDC (vide transcrição na alternativa A) são nulas as cláusulas que permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral.

A alternativa D está incorreta, porque a interrupção do fornecimento de um serviço essencial, mesmo em caso de inadimplência, exige notificação prévia ao consumidor. O corte imediato e sem aviso é uma prática abusiva e ilegal, conforme o art. 22 do CDC: “Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos”.

QUESTÃO 47. A sociedade empresária Elétrica Passa Sete Ltda., por meio de seu administrador, ajuizou tempestivamente ação renovatória de locação não residencial referente ao imóvel onde está localizada a filial na cidade de Varginha, MG.

Na petição inicial, a autora indicou as condições oferecidas para a renovação da locação, especialmente o novo valor do aluguel proposto.

Apresentada a contestação, o locador informou que recebeu proposta de terceiro para a nova locação em condições melhores do que aquelas propostas pela locatária na petição inicial, sendo o valor locativo do imóvel 12% maior do que o oferecido pela locatária.

Considerados os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

a) O locador não pode apresentar na contestação proposta de terceiro para a locação, ainda que em condições melhores, diante do direito potestativo do locatário à renovação compulsória.

b) A proposta de terceiro pode ser apresentada em documento público ou particular. Caso o documento seja particular e esteja com assinatura autenticada, é dispensável a intervenção de testemunhas.

c) O locatário poderá, em réplica, manifestar ao locador que aceita as condições apresentadas por terceiro para obter a renovação pretendida.

d) O ramo de negócio a ser explorado pelo terceiro proponente pode ou não ser o mesmo do locatário, desde que seja explorado continuamente nos últimos três anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a lei de locações.

A alternativa A está incorreta. O direito à renovação não é um direito potestativo absoluto, conforme assim assegura art. 72, II da Lei 8245/91: "II - não atender, a proposta do locatário, o valor locativo real do imóvel na época da renovação, excluída a valorização trazida por aquele ao ponto ou lugar;"

A alternativa B está incorreta. O Art. 72, § 2º, exige que a proposta seja subscrita pelo terceiro e por duas testemunhas. A autenticação de assinatura não substitui a exigência das duas testemunhas.

A alternativa C está correta. O sistema privilegia a continuidade do negócio do locatário atual. Se o locador diz: "Tenho alguém que paga 12% a mais", a lei dá ao locatário a chance de dizer: "Pois bem, eu cubro a oferta e aceito pagar esses 12% a mais". Se o locatário aceitar as condições do terceiro, ele garante a renovação do contrato. Vejamos o disposto no Art 72, III, § 2º da Lei 8245/91: "Art. 72. A contestação do locador, além da defesa de direito que possa caber, ficará adstrita, quanto à matéria de fato, ao seguinte: III - ter proposta de terceiro para a locação, em condições melhores; § 2º No caso do inciso III, o locador deverá juntar prova documental da proposta do terceiro, subscrita por este e por duas testemunhas, com clara indicação do ramo a ser explorado, que não poderá ser o mesmo do locatário. Nessa hipótese, o locatário poderá, em réplica, aceitar tais condições para obter a renovação pretendida."

A alternativa D está incorreta. O terceiro proponente não pode explorar o mesmo ramo de negócio do locatário atual (art. 72, §2º).

QUESTÃO 48. À Assembleia de Credores, convocada para deliberação sobre o plano de recuperação judicial apresentado por Atacado Têxtil Itapemirim Ltda., compareceram os credores Afonso Fundão e Viana & Cia. Ltda.

O primeiro é sócio da recuperanda e credor por empréstimo fornecido a ela; o segundo é credor por duplicatas, cujo valor e condições de pagamento não serão alterados pelo plano.

Com base nessas informações e nas disposições sobre a participação e o voto nas Assembleias de Credores (Lei nº 11.101/2005), assinale a afirmativa correta.

a) Apenas Afonso Fundão poderá votar, já que se trata de credor subordinado, integrante da classe III; Viana & Cia. Ltda. não poderá votar, porque o plano não alterou o valor ou as condições originais de pagamento.

b) Nenhum dos credores poderá votar na Assembleia, em razão de o primeiro ser sócio da devedora, e o segundo não ter alterado o valor ou as condições originais de pagamento.

c) Ambos poderão votar, em razão de o primeiro ser credor subordinado e o segundo credor quirografário, integrando a classe III na composição da Assembleia.

d) Apenas Viana & Cia. Ltda. poderá votar na Assembleia por ser credor quirografário, integrando a classe III; Afonso Fundão não poderá votar, em razão de ser sócio da devedora.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a falência e recuperação de empresas.

A alternativa A está incorreta. Embora o crédito de sócio possa ser classificado como subordinado em uma falência, na AGC o impedimento do Art. 43 da Lei 11.101/05 prevalece. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. Afonso está barrado pelo Art. 43, por conflito de interesse por ser sócio; e Viana & Cia. está barrada pelo Art. 45, § 3º, por desinteresse de agir, já que o crédito não será alterado. O Art. 43 da Lei 11.101/05 retira o direito de voto dos sócios do devedor e de sociedades coligadas/controladas. Eles podem até estar presentes na assembleia (ouvir e falar), mas não votam nem contam para o quórum. “Art. 43. Os sócios do devedor, bem como as sociedades coligadas, controladoras, controladas ou as que tenham sócio ou acionista com participação superior a 10% (dez por cento) do capital social do devedor ou em que o devedor ou algum de seus sócios detenham participação superior a 10% (dez por cento) do capital social, poderão participar da assembléia-geral de credores, sem ter direito a voto e não serão considerados para fins de verificação do quorum de instalação e de deliberação. O Art. 45, § 3º da Lei 11.101/05 estabelece que o credor não vota se o plano não alterar o valor ou as condições originais de pagamento. A lógica é simples: se para ele nada muda, ele não tem legitimidade para interferir na reestruturação dos outros credores que aceitarão perdas. Vejamos: “Art. 45. Nas deliberações sobre o plano de recuperação judicial, todas as classes de credores referidas no art. 41 desta Lei deverão aprovar a proposta. 3º O credor não terá direito a voto e não será considerado para fins de verificação de quorum de deliberação se o plano de recuperação judicial não alterar o valor ou as condições originais de pagamento de seu crédito.”

A alternativa C está incorreta. O simples fato de pertencerem à Classe III (quirografários e subordinados) não anula os impedimentos subjetivos e objetivos.

A alternativa D está incorreta. Erra ao permitir o voto de Viana & Cia. Ltda. O examinador tentou induzir o candidato ao erro, fazendo-o focar apenas no impedimento óbvio do sócio e esquecer a regra nova sobre créditos não alterados. Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 49. Pedro e Vitória são casados desde 2005 no regime de comunhão parcial de bens e pretendem constituir sociedade simples com seus filhos Carlos e Conceição.

De acordo com as regras do Código Civil para a participação de pessoas casadas em sociedade, assinale a afirmativa correta.

a) É possível a constituição de sociedade simples simultaneamente entre os cônjuges e seus filhos, tendo em vista não ser a sociedade empresária.

b) É defeso a constituição de sociedade simples simultaneamente entre os cônjuges e seus filhos, qualquer que seja o regime de bens do casamento.

c) É possível a constituição de sociedade simples entre os cônjuges e seus filhos simultaneamente, tendo em vista ser o regime de bens do casamento de comunhão parcial.

d) É defeso a constituição de sociedade simples simultaneamente entre os cônjuges e seus filhos, pois o casamento foi celebrado em regime de bens diferente do da separação absoluta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre direito de empresa.

A alternativa A está incorreta. O erro está em dizer que é possível "por não ser sociedade empresária". A regra do Art. 977 se aplica tanto a sociedades empresárias quanto a sociedades simples. O que define a possibilidade não é o tipo de sociedade, mas o regime de bens. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Como vimos, a regra é a liberdade de contratar, sendo a proibição a exceção (apenas para comunhão universal e separação obrigatória). Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. Pedro e Vitória podem ser sócios entre si e com os filhos, justamente porque o regime de comunhão parcial não está no rol de proibições do Código Civil. Vejamos o disposto no Art 977, CC: "Art. 977. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória."

A alternativa D está incorreta. Tenta confundir o candidato ao citar "separação absoluta". A lei proíbe a separação obrigatória (legal), mas permite a sociedade na separação absoluta convencional (escolhida pelo casal no pacto antenupcial). Veja o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 50. A sociedade empresária Brasilândia Materiais de Construção contraiu empréstimo junto ao Banco Figueirão S.A. garantido pela alienação fiduciária de seis veículos automotores.

O contrato tem prazo de vigência de 36 meses e, após o decurso de 17 meses, a devedora fiduciante deixou de pagar as prestações do empréstimo, sendo a mora comprovada por carta registrada com aviso de recebimento devidamente entregue.

Diante da mora no adimplemento das obrigações contratuais, assinale a opção que indica a prerrogativa que o Banco Figueirão tem, na condição de proprietário fiduciário dos veículos automotores.

a) Poderá vendê-los a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato.

b) Deverá ajuizar ação declaratória para positivar a mora da fiduciante e, após a avaliação dos bens e alvará judicial, poderá vendê-los a terceiros, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes.

c) Poderá vendê-los a terceiros desde que interpele previamente a devedora fiduciante para que realize o pagamento no prazo improrrogável de 15 dias, findo o qual a propriedade estará consolidada se não for realizado o pagamento integral do saldo devedor.

d) Deverá ajuizar ação de execução por quantia certa em face da fiduciante para cobrar o crédito, que abrange o principal, a correção monetária, os juros, as comissões, as taxas e a cláusula penal, podendo requerer, liminarmente, uma autorização judicial para a venda do bem em sede de tutela de evidência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre alienação fiduciária.

A alternativa A está correta. Diferente de uma hipoteca comum, onde o bem precisa ir a leilão judicial (demorado), na alienação fiduciária de móveis, o Banco tem "mãos livres". Uma vez comprovada a mora (o que já foi feito via carta com AR, conforme o enunciado), o Banco pode vender o carro diretamente para uma loja ou particular. Vejamos o disposto no Decreto Lei 911/69, em seu Art 2º: "Art. 2º No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas."

A alternativa B está incorreta. O Banco não precisa de uma ação declaratória para "positivar" a mora; basta a notificação extrajudicial (carta com AR) para que ela esteja comprovada e autorize a Busca e Apreensão. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa tenta confundir o candidato com o rito da alienação fiduciária de bens imóveis. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. O Banco não precisa de "tutela de evidência" para vender. A lei já lhe confere esse direito de venda extrajudicial após a apreensão do bem. Veja o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 51. Joana ajuizou ação em face de Pietra, cirurgiã plástica, requerendo a sua condenação ao pagamento de danos morais e estéticos, resultantes de procedimento estético malsucedido.

Ocorre que, anteriormente, em decisão transitada em julgado, fundada na mesma causa de pedir e contra a mesma profissional, um pedido idêntico de Joana foi julgado improcedente em face

de Pietra, sob o fundamento de que não restou comprovada conduta negligente de Pietra, a ensejar a sua condenação.

Em tal hipótese, assinale a opção que indica o fenômeno processual cabível para extinguir a ação proposta por Joana.

a) Conexão, por ser comum o pedido e a causa de pedir.

b) Litispendência, por se repetir ação já proposta e em curso.

c) Perempção, por ter havido extinção de ação anteriormente proposta por Joana.

d) Coisa julgada, por haver decisão de mérito transitada em julgado com as mesmas partes, causa de pedir e pedido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a coisa julgada

A alternativa A está incorreta. O objetivo da conexão (art. 55, CPC) é reunir os processos para evitar decisões conflitantes. Como o primeiro processo da Joana já acabou (transitou), não há o que reunir. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. No caso da questão, a ação anterior já foi encerrada, logo, não é litispendência (art. 337, §3º, CPC). Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Joana só propôs a ação uma vez antes, então não há que se falar em perempção.

A alternativa D está correta. Segundo o Art. 337, §4º do CPC, há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão de que não caiba recurso. Joana está tentando rediscutir algo que o Estado-Juiz já bateu o martelo. Para proteger a segurança jurídica, o novo processo deve ser extinto sem resolução de mérito, consoante o disposto no art. 337, VII, CPC: “Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: VIII - conexão;”. Sendo conexão, há como elementos idênticos o pedido OU causa de pedir.

QUESTÃO 52. José ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra Ana.

Na petição inicial, José formulou requerimento de tutela provisória de urgência para que fosse determinado o bloqueio imediato de bens detidos por Ana, até o valor pleiteado por José no processo judicial, como forma de resguardar uma futura indenização para José, se forem julgados procedentes os seus pedidos de danos materiais e morais.

Após realizar a admissibilidade da petição inicial, o magistrado concedeu a tutela provisória de urgência em favor de José.

Nessa situação hipotética, assinale a opção que indica o recurso a ser interposto por Ana.

- a) Não cabe recurso imediato contra a decisão que defere a tutela provisória de urgência.**
- b) Agravo de instrumento, uma vez que a decisão que defere a tutela provisória de urgência é decisão interlocutória impugnável por tal recurso.**
- c) Apelação, tendo em vista que a decisão que defere a tutela provisória de urgência tem natureza de sentença, passível de impugnação por tal recurso.**
- d) Apelação, tendo em vista que a decisão que defere a tutela provisória de urgência é decisão interlocutória passível de impugnação por tal recurso.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre tutela provisória.

A alternativa A está incorreta. O sistema processual oferece o recurso imediato justamente para controlar a legalidade dessas urgências. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. A decisão que concede ou nega uma tutela (seja ela de urgência ou de evidência) tem natureza de decisão interlocutória, ao resolver uma questão incidente sem pôr fim ao processo. Vejamos o disposto no art. 1.015, I, CPC: “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias;” cabe Agravo de Instrumento contra decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas provisórias. É uma das hipóteses de cabimento imediato mais comuns na prática jurídica.

A alternativa C está incorreta. A decisão que apenas bloqueia bens liminarmente não encerra o processo (art. 203, §2º, CPC). Dessa forma, o processo continuará para discutir se José realmente tem direito à indenização. Nesse sentido, portanto, não se confunde com a sentença.

A alternativa D está incorreta. As decisões sobre tutelas provisórias são agraváveis de imediato (art. 1.015, I, CPC). Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 53. Joana ajuizou ação declaratória de nulidade de negócio jurídico em face de João e Regina, alegando ter sido vítima de dolo de ambos na celebração de contrato de compra e venda de imóvel.

Em sede de contestação, além de negarem os fatos alegados por Joana, João e Regina procuram você, como advogado(a), para propor reconvenção contra Joana e Marcelo, seu fiador, para cobrar valores alegadamente em atraso, referentes às parcelas do contrato de compra e venda firmado pelas partes.

Sobre o caso acima, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação jurídica prestada.

- a) Joana poderá desistir da ação para impedir o prosseguimento da reconvenção.
- b) Joana, com a propositura da reconvenção, será citada pessoalmente e deverá apresentar resposta no prazo de 15 dias.
- c) Não há óbice à propositura da reconvenção em face de Joana e de Marcelo, ainda que este não tenha sido o autor do processo originário.
- d) A reconvenção somente poderá ser admitida porque João e Regina contestaram o pedido, não sendo lícita a propositura de reconvenção sem que o réu ofereça contestação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre reconvenção.

A alternativa A está incorreta. Esta é uma pegadinha clássica. A reconvenção é independente da ação principal, conforme assim autoriza o art. 343, §2º, CPC: “§ 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.”

A alternativa B está incorreta. Como Joana já é parte no processo e já tem advogado constituído, ela não precisa de uma nova "citação pessoal". Ela será intimada na pessoa de seu advogado para apresentar resposta, conforme assim estabelece o art. 343, §1º, CPC: “§ 1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias”.

A alternativa C está correta. O réu pode trazer um terceiro para o processo na reconvenção, caso haja conexão. No caso, Marcelo é fiador do contrato, então há total conexão. Vejamos o disposto no art. 343, §3º, CPC: “Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. § 3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.”

A alternativa D está incorreta. A reconvenção não é um acessório da contestação, mas um pedido autônomo, conforme o art. 343, §6º: “§ 6º O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.”

QUESTÃO 54. Lucas requereu o cumprimento de sentença de obrigação de pagar alimentos, decorrente de sentença condenatória proferida em desfavor de Leonardo, seu pai, que é servidor público, condenado ao pagamento de alimentos, no percentual de 20% de seus rendimentos líquidos.

Regularmente intimado, Leonardo não pagou o débito cobrado, porém apresentou petição alegando que enfrenta dificuldades financeiras que impossibilitam o cumprimento da obrigação, requerendo ao Juízo a concessão de maior prazo para pagar a dívida.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) A comprovação de que Leonardo poderá cumprir parcialmente a obrigação alimentar justificará o inadimplemento em absoluto.

b) Não acolhida a defesa de Leonardo, o Juiz decretará a sua prisão pelo prazo de dois a seis meses, que, se cumprida, o eximirá do pagamento das prestações vencidas.

c) O Juiz poderá ordenar a prisão civil de Leonardo em razão do inadimplemento das obrigações referentes às cinco prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo.

d) Lucas poderá requerer o desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia, buscando o pagamento dos alimentos vencidos e vincendos devidos por Leonardo, até o limite de 50% dos ganhos líquidos do executado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre cumprimento de sentença, especificamente, em ação de alimentos.

A alternativa A está incorreta. No direito de família, a obrigação alimentar é rígida. Para reduzir o valor, Leonardo deveria ter ajuizado uma Ação Revisional de Alimentos, e não somente peticionado no cumprimento de sentença solicitando mais prazo.

A alternativa B está incorreta. O prazo da prisão civil por alimentos é de 1 a 3 meses (Art. 528, §3º, CPC), e não de 2 a 6 meses. Vejamos: “§ 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.”

A alternativa C está incorreta. O art. 528, §7º do CPC estabelecem que o débito alimentar que autoriza a prisão civil é o que compreende as 3 prestações anteriores ao ajuizamento e as que vencerem no curso do processo. Vejamos: “§ 7º O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.” Ao falar em “cinco”, a alternativa amplia o prazo legal.

A alternativa D está correta. Vejamos o disposto no art. 529, CPC: “Art. 529. Quando o executado for funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho, o exequente poderá requerer o desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia. [...] art. 883, §3º, CPC - § 2º O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º, e no art. 529, § 3º.” O desconto em folha é o meio mais efetivo de garantir o pagamento quando o devedor é servidor público, como é o caso de Leonardo, sendo 50% o limite máximo para desconto em folha em casos de alimentos (somando a pensão do mês + a parcela do que está devendo).

QUESTÃO 55. Marta faleceu, deixando três filhos, cônjuge e bens a inventariar. Nenhum dos herdeiros é incapaz, há consenso sobre a partilha, e eles desejam realizar o inventário da forma mais rápida possível.

Considerando os procedimentos judiciais e extrajudiciais que regem o inventário e a partilha, assinale a afirmativa que apresenta a providência a ser adotada pelos herdeiros.

a) Realizar o inventário extrajudicial por meio de escritura pública, sendo necessária a assistência de um(a) advogado(a).

b) Realizar o inventário escritura extrajudicial por meio de pública, exigindo-se assistência de um(a) advogado(a) e a intervenção do Ministério Público a fim de controlar a legalidade da partilha.

c) Ajuizar ação pelo procedimento comum de inventário e partilha, os quais necessariamente devem ocorrer pela via judicial, independentemente da existência de consenso entre os herdeiros.

d) Comparecer perante o Tabelionato e realizar o inventário e a partilha mediante escritura pública, dispensada a assistência de um(a) advogado(a) por haver acordo sobre a partilha.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre inventário judicial.

A alternativa A está correta. Conforme o caso narrado, há a presença de interessado incapaz. Nesse caso, o inventário será judicial, contando com a presença do advogado de forma obrigatória. Vejamos o art. 610, CPC: “Art. 610. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial. § 2º O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.”

A alternativa B está incorreta. No caso, será inventário judicial (art. 610, CPC). A presença do MP se refere à legitimidade concorrente para requerer o inventário (art. 616, VII, CPC), não para controlar a legalidade da partilha.

A alternativa C está incorreta. A via extrajudicial é uma faculdade das partes para aliviar o Judiciário e acelerar o processo. O inventário judicial é a exceção (obrigatório apenas se houver briga, incapaz ou testamento).

A alternativa D está incorreta. Mesmo que todos sejam "melhores amigos" e estejam em pleno acordo, o advogado é indispensável (art. 610, CPC). Veja o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 56. Glauco ingressou com uma ação contra Alex que, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, deu início ao cumprimento de sentença.

Alex foi devidamente intimado para pagar o débito no prazo legal, mas não realizou o pagamento. Seis dias após o término do prazo para o pagamento, ao ser questionado sobre a apresentação da impugnação ao cumprimento de sentença, Alex afirmou que ainda aguardava uma intimação específica para impugnar, pois acreditava que o prazo para se manifestar só começaria a contar após essa nova intimação.

Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

- a) Alex está correto, pois o prazo para impugnação ao cumprimento de sentença só se inicia após uma nova intimação específica para esse fim.
- b) O prazo para impugnação ao cumprimento de sentença tem início após o transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de nova intimação.
- c) Alex pode apresentar a impugnação a qualquer momento durante a execução, pois não há prazo específico para essa manifestação, em razão do princípio da ampla defesa, devendo ser apresentada em autos apartados.
- d) O prazo para a impugnação ao cumprimento de sentença tem início antes do prazo para o pagamento voluntário, isto é. primeiro Alex é intimado para impugnar e, caso a impugnação não seja acolhida, ele é intimado para efetuar o pagamento do débito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. Isso não existe. O prazo para impugnação é consecutivo ao prazo de pagamento voluntário. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. O Art. 525 do CPC é claro, tendo transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente sua impugnação. Vejamos o disposto no art. 535, CPC: “Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir: [...]”

A alternativa C está incorreta. Não pode ser apresentada a "qualquer momento". Além disso, ela deve ser apresentada nos próprios autos e não em autos apartados. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. A alternativa inverte a lógica processual. Primeiro busca-se a satisfação do crédito (pagamento). A defesa vem depois do silêncio do devedor quanto ao pagamento. Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 57. Abelardo pegou a filha de Geraldo na salda do colégio e a manteve sob seu poder durante cinco das, liberando após ter cumprida a exigência de pagamento da quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). No terceiro dia do encarceramento, entrou em vigor uma nova lei

que dobrou a pena aplicável ao crime de extorsão mediante sequestro. Sobre a aplicabilidade da nova lei ao caso narrado, assinale a afirmativa correta

a) É inaplicável, por força do princípio da retroatividade da lei penal

b) aplicável, por força do princípio da alternatividade penal.

c) aplicável, por força do princípio da continuidade das leis.

d) inaplicável, por força do princípio da ubiquidade da lei penal

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema continuidade delitiva.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de retroatividade, pois o crime estava sendo cometido no momento da alteração legislativa, o que atrai a incidência da norma sem que isto configure retroatividade de lei penal mais gravosa, o que é vedado pelo ordenamento jurídico;

A alternativa B está incorreta. Não se trata de alternatividade, o direito penal é regido pelo princípio da taxatividade da lei penal;

A alternativa C está correta. Corresponde ao entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, que dispõe a Súmula 711 que: "A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.";

A alternativa D está incorreta. Não há que se falar em ubiquidade penal, e sim na aplicação da lei mais gravosa aos crimes continuados e permanentes, conforme já demonstrado.

QUESTÃO 58. Em 1 de abril, Dia da Mentira, Maria resolveu "pregar uma peça" Pedro, coveiro no cemitério Paz Eterna. Maria pediu a José que divulgasse nas redes sociais que ela falecera após ter sofrido um infarto. Como parte da encenação, Maria sedou-se e deitou-se em um caixão, que foi lacrado e encaminhado por José, com documentos sofisticadamente falsificados, para a sede do Paz Eterna. Sem ser avisado ou desconfiar da farsa, Pedro ficou muito triste e após orar pela alma de Maria, cumpriu seu dever profissional, realizando a cremação e guardando as cinzas num pote de vidro, que se quebrou. Sobre o procedimento de Pedro, assinale a afirmativa correta.

a) Ele não praticou crime, pois agiu com base erro de tipo invencível

b) Ele praticou apenas o delito de vilipêndio culposo das cinzas do cadáver de Maria.

c) Ele praticou o delito de homicídio culposo por descumprir dever de cuidado objetivo

d) Ele praticou delito de homicídio qualificado pela impossibilidade de reação da vítima

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema dolo.

A alternativa A está correta. Diante dos fatos narrados, não seria possível a Pedro saber que Maria estava viva. Prevê o Código Penal no art 20 § 2º que: “Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.”. No caso Pedro não agiu com negligência, imprudência ou imperícia, o que afasta o crime culposos.

A alternativa B está incorreta. O crime de vilipêndio de cadáver não admite a forma culposa por falta de previsão legal. Prevê o Código Penal o crime no Art. 212: “Vilipendiar cadáver ou suas cinzas: Pena - detenção, de um a três anos, e multa.”;

A alternativa C está incorreta. Não houve descumprimento do dever de cuidado que configure o crime culposos. A ação de Maria é que culminou no fato trágico;

A alternativa D está incorreta. Não houve dolo de matar, a morte foi causada pela atitude de Maria e José, Pedro não possuía elementos para inferir que não se tratava de uma morte real.

QUESTÃO 59. Bernardo é gerente bancário e teve seu filho levado por terceiros, que lhe exigiram o pagamento de um milhão de reais para devolvê-lo com vida. Bernardo, valendo-se de sua condição de gerente de banco, foi à agência que trabalhava subtraiu, entretanto, sendo flagrado quando chegava em casa portando o dinheiro subtraído. Sobre a situação de Bernardo, fato hipotético, assinale a afirmativa correta.

a) Agiu amparado por exercício regular de direito.

b) Está isento de pena por inexigibilidade de conduta diversa.

c) Agiu em legítima defesa de terceiro e está excluída a antijuridicidade da conduta.

d) Deve responder pelo crime de furto consumado, pois chegou a ter posse pacífica do dinheiro.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema excludente de culpabilidade.

A alternativa A está incorreta. O exercício regular do direito se aplica a situações como no caso da prática de esportes violentos, como o boxe. Diz o Código Penal que: Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.”;

A alternativa B está correta. Trata-se de coação moral irresistível, conforme prevê o Código Penal no Art. 22: “Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.”;

A alternativa C está incorreta. No caso não se trata de legítima defesa de terceiros, pois foi atacado patrimônio do banco para defender a vida de seu filho, que estava em poder de sequestradores;

A alternativa D está incorreta. Bernardo não teve o dolo de furtar com o objetivo de se apropriar do valor, agiu por coação moral irresistível, o que afasta a sua culpabilidade.

QUESTÃO 60. Waldir, cidadão brasileiro, depois de anos de poupança, conseguiu realizar o sonho de infância e comprou um pacote de viagem para conhecer a cidade de Orlando, nos EUA. Como nunca havia viajado de avião, Waldir irritou-se com as condições precárias disponibilizadas na classe econômica da aeronave privada registrada sob bandeira brasileira e desistiu da viagem durante o voo, exigindo, aos gritos, o imediato retorno ao aeroporto de origem. Ao ser advertido pela tripulação, Waldir agrediu fisicamente o comissário de bordo, de nacionalidade brasileira, causando-lhe lesão corporal grave, quando o avião já sobrevoava território estrangeiro. Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a) O fato está incondicionalmente sujeito à legislação brasileira, tendo em vista a nacionalidade do autor e da vítima do delito

b) O fato está sujeito, simultaneamente, à legislação brasileira e à legislação estrangeira, sendo aplicável a teoria da ubiquidade quanto ao tempo do delito

c) O fato está sujeito exclusivamente à legislação estrangeira, haja vista que a aeronave privada estava em território estrangeiro quando ocorreu a prática do delito.

d) O fato estará sujeito à legislação brasileira, caso não seja julgado no país estrangeiro em cujo território se encontrava a aeronave no momento da prática do delito.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema lei penal no espaço.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de extraterritorialidade incondicionada, pois o crime foi cometido a bordo de aeronave comercial e em espaço aéreo estrangeiro, o que afasta a obrigatoriedade de o fato ter que ser julgado de acordo com as leis penais brasileiras caso seja julgado nos Estados Unidos;

A alternativa B está incorreta. Não se trata de aplicação da teoria da ubiquidade, tampouco será o fato duplamente julgado;

A alternativa C está incorreta. De fato, se trata de aeronave privada, porém, por se tratar de vítima brasileira, caso não seja julgado no exterior, poderá o crime ser julgado no Brasil;

A alternativa D está correta. Dispõe o Código Penal que: “Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I - os crimes; II - os crimes: b) praticados por brasileiro; c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.”.

QUESTÃO 61. Na noite em que completou 19 anos de idade, Júnior, morador do bairro Leblon, RU, resolveu testar o bugatti Chiron de seu pai, que é o carro mais caro do Brasil, avaliado em cerca de 10 milhões de reais. Júnior esqueceu a sua carteira de habilitação em casa e saiu com a veículo, mas, por desconhecer a extraordinária potência do motor, perdeu o controle da direção e abalou José, morador de rua, que foi socorrido, mas teve as pernas amputadas. Diante de tal situação hipotética, com base aplicáveis conflito aparente de princípios e normas penais, assinale a afirmativa correta.

- a) Por força do princípio da consunção, Júnior deverá responder pelo delito de tentativa de homicídio culposa
- b) Por força do princípio da subsidiariedade, Júnior deverá responder pelo delito de lesão corporal de natureza grave.
- c) Por força do princípio da especialidade, Júnior deverá responder pelo delito de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.
- d) Por força do princípio da alternatividade, Júnior deverá responder pelo delito de dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida habilitação, pelo delito de lesão corporal culposa.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema princípios penais.

A alternativa A está incorreta. Não se aplica a figura da tentativa aos crimes culposos;

A alternativa B está incorreta. Não se trata de hipótese da aplicação do princípio da subsidiariedade, haja vista não se tratar de um crime menor e de haver tipo penal específico previsto no CTB;

A alternativa C está correta. Irá incidir a aplicação do princípio da especialidade, pois o tipo penal específico está previsto no CTB no artigo 303: "Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor: Penas - detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor".

A alternativa D está incorreta. Conforme demonstrado, irá responder pelo delito do art.303 do CTB.

QUESTÃO 62. João é missionário, e Pedro é pastor, ambos da mesma igreja. O primeiro planejou apropriar-se do dinheiro dos dízimos que Pedro costumava guardar em uma urna em seu quarto, localizado nos fundos da igreja. Quando Pedro se ausentou durante a noite, João pulou o muro e arrombou a fechadura, mas, ao se aproximar da urna, foi tomado por um sentimento sobrenatural, orou para livrar-se dos maus pensamentos e foi embora. Sobre a ação praticada por João, assinale a afirmativa correta.

- a) João percorreu as fases da cogitação, preparação e execução, que integram o iter criminis, mas não exauriu a conduta, o que era imprescindível para a caracterização da tentativa.

b) João praticou tentativa de furto e será-lhe-á aplicada a pena do crime consumado reduzida, dentro das margens legais, segundo o trecho do iter criminis que foi percorrido.

c) João praticou tentativa imperfeita de furto, pois, apesar de ter praticado todos os atos executórios, a resultado não foi atingido por circunstâncias sobrenaturais avessas à vontade do agente.

d) João consumou o crime de violação de domicílio, pois, de maneira livre e consciente, ingressou na casa alheia contra a vontade de quem de direito.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata da consumação.

A alternativa A está incorreta. Ao pular o muro e arrombar a fechadura João já incorreu na prática do tipo penal violação de domicílio. Como o furto não foi praticado este crime não será absorvido;

A alternativa B está incorreta. João não iniciou a prática do crime de furto, não teve a posse do dinheiro e sequer se aproximou da urna, não se configura a tentativa, pois não foi praticado o verbo núcleo do tipo penal;

A alternativa C está incorreta. No direito penal não se questiona se a vontade do agente partiu de decisão baseada em sentimentos sobrenaturais e sim se foi a desistência por vontade própria ou por ação de outrem. No caso, como a decisão partiu do próprio João, seria hipótese de desistência voluntária, contudo o crime de furto não chegou sequer a ser tentado;

A alternativa D está correta. Em que pese ter desistido de praticar o crime de furto, a ação de João se configura como o crime de violação de domicílio, previsto no Código Penal no art. 150: “Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências: Pena - detenção, de um a três meses, ou multa. § 1º - Se o crime é cometido durante a noite, ou em lugar ermo, ou com o emprego de violência ou de arma, ou por duas ou mais pessoas: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.”.

QUESTÃO 63. Flávia foi pronunciada pela suposta prática de crime de aborto. O processo estava tramitando na cidade de Salgados, PA, e teve grande repercussão no local, havendo, inclusive, várias ameaças de populares contra a ré. A sessão de julgamento pelo júri popular já foi designada, tendo a defesa sido intimada da referida designação.

Sobre a hipótese, assinale a opção que indica o modo adequado de você, como advogado(a) da ré, requerer que o julgamento ocorra em outra Comarca.

a) Suscitar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

b) Apresentar um pedido de Revisão Criminal.

c) Oferecer exceção de incompetência territorial.

d) Pedir o desaforamento do júri.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o desaforamento do júri.

A alternativa A está incorreta, pois o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal não é o instrumento cabível no caso apresentado. Este instituto está previsto no art. 109, V-A e §5º, da Constituição Federal que é utilizada nos casos de grave violação de direitos humanos. “Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: (...) V-A – As causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo; (...) § 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.”.

A alternativa B está incorreta, pois a revisão criminal não é o instrumento cabível, uma vez que o caso narrado trata do desaforamento do júri. A revisão criminal é cabível apenas nas hipóteses do art. 621 do Código de Processo Penal, além de ser possível seu requerimento a qualquer tempo: Art. 621. A revisão dos processos findos será admitida: I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos; II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos; III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena. Art. 622. A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após. Parágrafo único. Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em novas provas.”.

A alternativa C está incorreta, a exceção de incompetência, prevista no art. 108 do CPP trata das hipóteses em que há incompetência absoluta do juízo, que não se trata do caso narrado. “Art. 108. A exceção de incompetência do juízo poderá ser oposta, verbalmente ou por escrito, no prazo de defesa.”.

A alternativa D está correta, pois trata-se da hipótese prevista no art. 427 do CPP para os casos em que a segurança pessoal do acusado estiver em risco: “Art. 427. Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.”.

QUESTÃO 64. Lucas era investigado por estupro de vulnerável, pois, de acordo com as investigações, teria mantido relações sexuais com pessoa menor de 14 anos. A partir de indícios concretos, a 1ª Vara Criminal da Comarca correspondente ao local dos fatos expediu mandado de busca e apreensão de aparelhos eletrônicos de Lucas, após regular requerimento do Ministério Público.

Nos dispositivos eletrônicos apreendidos foram localizados diversos arquivos, cujo conteúdo apresentava abuso sexual infantil, armazenados e compartilhados nas redes sociais, acessíveis de qualquer lugar do país e do exterior, sem se confirmar, contudo, a hipótese inicial de estupro de vulnerável.

Assim, Lucas foi denunciado como incurso nas penas do Art. 241-A e do Art. 241-B, ambos do ECA (divulgação e armazenamento de conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente). A sentença foi proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca, tendo sido confirmada pelo Tribunal de Justiça correspondente, e transitada em julgado, condenando Lucas a 5 anos de reclusão, em regime semiaberto.

A respeito dos fatos, assinale a opção que apresenta, corretamente, a providência de Direito Processual Penal que o(a) advogado(a) deve adotar.

a) A ocorrência do trânsito em julgado impede que sejam suscitadas questões processuais atinentes à nulidade ou à incompetência absoluta, admitindo-se a rediscussão dos fatos apenas se for baseada em prova nova, mediante revisão criminal.

b) Pode ser alegada a nulidade da busca e apreensão e de todos os atos dela decorrentes, diante da incompetência absoluta do Juízo que determinou a diligência, impetrando-se *habeas corpus*.

c) Pode ser impetrado *habeas corpus*, alegando a nulidade da sentença e de todos os atos decisórios posteriores à realização da busca e apreensão, diante da incompetência absoluta do Juízo.

d) Tendo em vista que a busca e apreensão foi deferida apenas para a investigação de estupro de vulnerável, é incabível a utilização das provas na persecução penal relativa a fato diverso, o que pode ser alegado pela impetração de um mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está incorreta, pois o caso narrado trata de uma nulidade absoluta, portanto, esta poderá ser levantada a qualquer momento, inclusive de ofício pelo juízo. Ainda, a revisão criminal não é o instituto cabível: CPP. “Art. 621. A revisão dos processos findos será admitida: I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos; II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos; III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena. Art. 622. A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após. Parágrafo único. Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em novas provas.”.

A alternativa B está incorreta, pois a competência das infrações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente é absoluta e sua nulidade não abrange tão somente a busca e apreensão; mas todo o processo. ECA. “Art. 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.”.

A alternativa C está correta, pois considerando que as ações em que se constatem infrações penais contra criança e adolescente, a competência será absoluta para o juízo da infância e juventude. ECA. “Art. 209. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.”. Além disso, é possível a utilização do *habeas corpus* por expressa previsão legal (art. 648, VI, do CPP): Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal: [...] VI - quando o processo for manifestamente nulo;”.

A alternativa D está incorreta, uma vez que as provas obtidas de forma lícita podem ser utilizadas quando é encontrada outra infração penal, de forma casual (fortuita) e espontânea. Doutrina. Norberto Avena: “É o que se chama de serendipidade, significando descoberta fortuita de crimes ou agentes diversos daqueles para os quais deferida a cautela. Nesse caso, é preciso diferenciar: tratando-se de serendipidade ou encontro fortuito de primeiro grau, assim considerada a hipótese em que os elementos casualmente descobertos guardam conexidade em relação ao delito para a qual autorizada a violação do sigilo telefônico, nada impede sejam eles utilizados como meios lícitos de prova. Agora, sendo a hipótese de serendipidade ou encontro fortuito de segundo grau, referindo-se aqui ao caso de não existir tal vinculação, vale dizer, à hipótese em que os novos dados apresentam absoluta autonomia e independência da apuração em andamento, neste caso poderão esses dados ser utilizados apenas como *notitia criminis*, autorizando o desencadeamento da competente investigação para a respectiva elucidação e, até mesmo, facultando o deferimento de outras interceptações e escutas em relação às pessoas ou aos crimes fortuitamente descobertos, mas não como fonte de convencimento do juiz para resolução de aspectos de mérito da ação penal.”.

QUESTÃO 65. Arthur está cumprindo pena privativa de liberdade pela prática do crime de furto qualificado. Durante o curso da execução penal sofreu uma queda e ficou tetraplégico, atestado em laudo médico oficial.

No final do ano, o Presidente da República concedeu indulto natalino via Decreto, abrangendo os casos de tetraplegia superveniente à prática do delito, desde que o crime tivesse sido praticado sem violência ou grave ameaça.

Sendo assim, você, como advogado(a) de Arthur, formulou o pedido de declaração da extinção da punibilidade ao Juízo da Execução, que indeferiu o pedido, sem apresentar fundamentação.

Diante do caso narrado, na qualidade de advogado(a) de Arthur, você deve interpor

- a) agravo em execução, no prazo de cinco dias. Sem prejuízo, pode ser impetrado *habeas corpus*.**
- b) recurso de apelação, no prazo de cinco dias. Sem prejuízo pode ser impetrado *habeas corpus*.**
- c) agravo em execução, no prazo de cinco dias. Apenas em caso de não ser interposto recurso, pode-se optar pela via do *habeas corpus*.**
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias. Diante da unirecorribilidade das decisões, de forma alternativa, pode-se optar pela via do *habeas corpus*.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre agravo em execução.

A alternativa A está correta, o agravo em execução é um recurso típico que possui prazo de 5 (cinco) dias e poderá ser utilizado nos casos de indeferimento em execução penal. Art. 197 da Lei nº 7.210/1984: “Art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.”. O prazo está previsto na Súmula 700 do STF: “É de cinco dias o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal.”. O *habeas corpus* também caberá, por expressa previsão no art. 648 do Código de Processo Penal: “Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal: I - quando não houver justa causa; II - quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei; III - quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo; IV - quando houver cessado o motivo que autorizou a coação; V - quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza; VI - quando o processo for manifestamente nulo; VII - quando extinta a punibilidade.”.

A alternativa B está incorreta, como trata-se de fase de execução penal não caberá apelação dessa decisão; caberá agravo em execução, conforme art. 197 da Lei nº 7.210/1984: “Art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.”.

A alternativa C está incorreta, pois é possível a interposição simultânea de agravo em execução e *habeas corpus*, uma vez que este último remédio terá preferência, mas a utilização do agravo em execução é necessária para evitar a preclusão da decisão que indeferiu o pedido de declaração da extinção da punibilidade em virtude do indulto.

A alternativa D está incorreta, pois como trata-se de fase de execução penal não caberá apelação dessa decisão; caberá agravo em execução, conforme art. 197 da Lei nº 7.210/1984: “Art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.”.

QUESTÃO 66. Túlio abriu sua geladeira, retirou sua água com gás e, ao beber, sentiu um gosto estranho, posteriormente vindo a descobrir que se tratava de solvente. Em seguida, Túlio entrou no quarto e chamou sua esposa, Felícia, de “assassina”.

Após esclarecimento de que o solvente tinha sido colocado por equívoco na geladeira por seu filho Thor, Túlio pediu desculpas à Felícia. Alguns dias depois, Felícia contou, em uma roda informal, para a sua amiga Promotora de Justiça, que o marido a havia chamado de “assassina”. Diante de tais fatos, o Ministério Público ofereceu a denúncia por crime de injúria em desfavor de Túlio.

Sobre o caso narrado, como advogado(a) de Túlio, assinale a afirmativa correta.

a) Em razão de envolver violência doméstica, o crime é de ação penal pública incondicionada, cabendo apenas se defender quanto ao mérito da acusação.

b) O crime é de ação penal privada, devendo ser alegada a ilegitimidade do Ministério Público para a propositura da ação.

c) O crime é de ação penal pública condicionada à representação, e essa conversa informal já vale como representação, cabendo apenas se defender quanto ao mérito da acusação.

d) O crime é de ação pública condicionada à representação, mas a conversa informal não pode ser aceita como exercício do direito de representar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de ação penal privada.

A alternativa A está incorreta, pois a ação é privada e não pública incondicionada, conforme art. 519 do CPP: “No processo por crime de calúnia ou injúria, para o qual não haja outra forma estabelecida em lei especial, observar-se-á o disposto nos Capítulos I e III, Título I, deste Livro, com as modificações constantes dos artigos seguintes.”.

A alternativa B está correta, pois o crime de honra é de ação penal privada (queixa), cabendo a própria parte ingressar com a ação penal, não ao Ministério Público. A questão de envolver violência doméstica não afasta esse rito, uma vez que o art. 41 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) excluiu a aplicação da Lei 9.099/1995 que trata dos juizados especiais criminais, mantendo-se o regime previsto nos arts. 519 a 523 do Código de Processo Penal. Legislação: Lei Maria da Penha: Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. “Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.”. CPP: “Art. 519. No processo por crime de calúnia ou injúria, para o qual não haja outra forma estabelecida em lei especial, observar-se-á o disposto nos Capítulos I e III, Título I, deste Livro, com as modificações constantes dos artigos seguintes.”.

A alternativa C está incorreta, pois a ação é privada e não pública incondicionada, conforme art. 519 do CPP: “No processo por crime de calúnia ou injúria, para o qual não haja outra forma estabelecida em lei especial, observar-se-á o disposto nos Capítulos I e III, Título I, deste Livro, com as modificações constantes dos artigos seguintes.”.

A alternativa D está incorreta, pois a ação é privada e não pública incondicionada, conforme art. 519 do CPP: “No processo por crime de calúnia ou injúria, para o qual não haja outra forma estabelecida em lei especial, observar-se-á o disposto nos Capítulos I e III, Título I, deste Livro, com as modificações constantes dos artigos seguintes.”.

QUESTÃO 67. Joaquim, menor impúbere de 8 anos de idade, sofreu castigos físicos imoderados praticados por seu pai, Geraldo. Diante do fato, a mãe de Joaquim, representando-o, constituiu você como advogado(a) do menor.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o requerimento que você, como advogado(a) de Joaquim, deve apresentar.

a) A fixação de medida cautelar do Código de Processo Penal, pois ausente um regramento específico em favor de vítimas do sexo masculino.

b) A destituição de guarda, no âmbito cível, e, somente então, haverá legitimidade de Joaquim para postular qualquer medida no âmbito criminal.

c) A fixação de medida protetiva de urgência de proibição de contato e aproximação, com base na lei específica de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

d) A fixação de medida protetiva de urgência de alimentos provisórios, com base na lei de violência doméstica e familiar contra a mulher, por analogia, ante a ausência de lei específica que ampare a pretensão de Joaquim.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022).

A alternativa A está incorreta, pois se aplicará ao caso concreto as medidas protetivas específicas da Lei Henry Borel (art. 21) e não as previstas no Código de Processo Penal, uma vez que o art. 1º da Lei Henry Borel determina sua aplicação nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. “Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções e acordos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.”

A alternativa B está incorreta, pois há independência entre as instâncias, podendo o juiz competente determinar medidas protetivas de afastamento do agressor em casos de violência doméstica contra criança e adolescente (conforme o caso narrado), aplicando-se a Lei Henry Borel. “Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções e acordos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.”

A alternativa C está correta, pois é o que prevê o art. 21 da Lei Henry Borel, no inciso I, prevê a possibilidade de proibição do contato entre a criança e o agressor. “Art. 21. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, determinar: I - a proibição do contato, por qualquer meio, entre a criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência e o agressor;”.

A alternativa D está incorreta, pois se aplica a Lei Henry Borel que trata da prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente e não a Lei Maria da Penha que trata sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. “Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos

termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções e acordos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.”

QUESTÃO 68. Caim, desejando matar Abel, lhe ofereceu um pastel de camarão durante uma festa, sabendo que esse alimento lhe causaria severa alergia. Abel consumiu o pastel oferecido por Caim, além de diversos outros salgados e, em sequência, teve uma violenta crise alérgica, vindo a falecer.

Acionada a polícia, os investigadores recolheram, em um mesmo invólucro, todos os alimentos da festa, os quais foram submetidos à perícia, que concluiu que “todos os alimentos periciados contêm traços de camarão em quantidade suficiente para causar a morte da vítima, da forma como ocorreu, não se podendo precisar se a contaminação de tais alimentos ocorreu durante o preparo, na cozinha, ou durante o recolhimento pela Polícia.”

A necropsia revelou que o consumo de substância alergênica causou a morte de Abel. Sabe-se, ainda, que não é mais possível repetir a colheita de vestígios e a perícia dos alimentos. Assim, Caim foi denunciado pelo homicídio doloso de Abel.

Como advogado de Caim, é correto afirmar que a quebra de cadeia de custódia enseja

- a) a ausência de fiabilidade do laudo de necrópsia.**
- b) a ausência de prova fiável do nexo de causalidade.**
- c) a nulidade absoluta do processo, atingindo todas as provas produzidas.**
- d) a nulidade da prova pericial, a qual deve ser desentranhada do processo.**

Comentários

O gabarito preliminar apontou como correta a Letra B. Todavia, nosso entendimento é que a alternativa correta também seria a **letra D**. A questão trata sobre cadeia de custódia.

A alternativa A está incorreta, uma vez que houve quebra de cadeia de custódia com relação à colheita e perícia dos alimentos e não do laudo de necrópsia.

A alternativa B está correta, o gabarito preliminar apontou como correta esta alternativa, porém, assim o fez uma vez que se atentou apenas para as consequências da declaração de nulidade e desentranhamento da perícia nos alimentos. Com a quebra de custódia e a contaminação de todos os alimentos, a prova tornou-se nula e deve ser desentranhada do processo. O efeito disso é a ausência da

fiabilidade do nexo de causalidade. A alternativa não está errada, mas a Letra D prevê também uma resposta correta.

A alternativa C está incorreta, pois não atingiu todas as provas produzidas no processo, apenas aquela prova pericial que teve quebra da cadeia de custódia (no caso concreto, a perícia realizada nos alimentos).

A alternativa D está correta, pois trata-se de uma nulidade da prova pericial, em que houve quebra da cadeia de custódia, razão pela qual, poderá ser desentranhada dos autos. CPP. "Art. 563. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa." Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos: III - por falta das fórmulas ou dos termos seguintes: b) o exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado o disposto no Art. 167;"

QUESTÃO 69. Sílvia Lima, empregada segurada do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), desempenha suas funções em atividades externas, mediante entregas de produtos elaborados por seu empregador. Em uma de suas entregas, logo após deixar a mercadoria e já no retorno ao seu posto de trabalho, foi atingida por um veículo em alta velocidade, que transitava em desacordo com os limites da via.

Em virtude do ocorrido, Sílvia permaneceu afastada por um ano, em gozo de benefício previdenciário por incapacidade temporária, tendo se recuperado plenamente para as suas atividades.

Sobre a situação de Sílvia, segundo o RGPS, assinale a afirmativa correta.

- a) Ela poderá se aposentar por incapacidade permanente.**
- b) Ela tem direito ao auxílio-acidente após o retorno às atividades.**
- c) Ela, durante o afastamento, deve continuar a receber salários, normalmente.**
- d) Ela, após o retorno à sua atividade, gozará de estabilidade oniprovísória de 12 meses no emprego.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o auxílio-doença acidentário.

A alternativa A está incorreta. O enunciado diz expressamente que Sílvia "se recuperou plenamente". Logo, não há suporte para aposentadoria. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Como Sílvia se recuperou plenamente e não ficou com sequelas, ela não tem direito a esse benefício. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. A empregada não recebe salário do patrão, mas sim o benefício previdenciário (auxílio por incapacidade temporária) pago pelo INSS.

A alternativa D está correta. Como o acidente ocorreu no exercício das funções (acidente de trabalho), e ela ficou afastada por mais de 15 dias recebendo o benefício acidentário, ela adquire a estabilidade provisória. Vejamos o que dispõe o Art. 118 da Lei 8.213/91: “Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.” Ou seja, proteger o trabalhador que sofreu um acidente para que ele não seja demitido assim que colocar os pés de volta na empresa.

QUESTÃO 70. Joana Silva, empregada doméstica, prestando serviço aos mesmos empregadores por cinco anos consecutivos, é demitida por justa causa, devido à prática de ilícito prontamente comprovado em ambiente laboral.

Joana, seis meses após o desligamento, sofreu um acidente de trânsito, restando incapacitada permanentemente para qualquer atividade remunerada.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- a) Joana poderá obter o benefício previdenciário de aposentadoria por incapacidade permanente.**
- b) Joana não possui direito a qualquer prestação previdenciária, haja vista o desligamento por justa causa.**
- c) Joana, caso comprove ter efetuado recolhimentos como facultativa, pode obter a concessão do benefício previdenciário.**
- d) Joana somente pode obter o benefício previdenciário se o acidente tiver ocorrido no prazo de três meses após a sua demissão**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre qualidade de segurado.

A alternativa A está correta. Joana trabalhou por 5 anos, logo, era segurada obrigatória. Ao ser demitida (não importa se foi com ou sem justa causa), ela entra no Período de Graça. Segundo o Art. 15, inciso II, da Lei 8.213/91, o segurado mantém a qualidade de segurado (o direito aos benefícios) por até 12 meses após parar de contribuir. Como o acidente foi 6 meses após a demissão, ela ainda estava dentro do prazo de cobertura. Vejamos o disposto no Art. 15, II, da Lei 8.213/91: “Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições: II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;”. Como a incapacidade é total e permanente, ela tem direito à aposentadoria por incapacidade permanente.

A alternativa B está incorreta. O INSS não pune o trabalhador pela falta cometida no emprego. Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. O período de graça de 12 meses é automático e decorre da lei pelo simples fato de ela ter sido segurada obrigatória anteriormente. Veja comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. O prazo mencionado (3 meses) não existe na lei para este caso. O prazo padrão é de 12 meses (Art. 15, inciso II, da Lei 8.213/91). Veja o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 71. Reginaldo trabalha para a sociedade empresária Móveis Modulados Ltda. desde 2021 como montador, sendo considerado um empregado exemplar. Em agosto de 2024, Reginaldo compareceu ao trabalho com uma tornozeleira eletrônica, fato que se tornou o comentário geral na sociedade empresária, pois todos especulavam o que Reginaldo teria feito de errado. A sociedade empresária, que nunca havia se deparado com tal situação, o(a) consultou, como advogado(a), para obter um parecer sobre o que deverá ocorrer com o contrato de trabalho de Reginaldo. Você verifica pelo sistema processual que a tornozeleira foi colocada de modo cautelar, pois o processo de Reginaldo ainda está no início e refere-se a vias de fato que teve com um torcedor de time adversário quando estava em um estádio, no final de semana, assistindo a uma partida de futebol. Sobre o contrato de trabalho de Reginaldo, considerando os fatos e a legislação em vigor, assinale a opção correta.

a) Será interrompido, sendo garantido a Reginaldo 50% do seu salário.

b) Será suspenso, até que haja decisão final da justiça criminal.

c) Será rompido por justa causa, em razão do mau procedimento.

d) Não sofrerá qualquer consequência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Extinção do Contrato de Trabalho.

No caso narrado pelo enunciado, o processo de Reginaldo ainda está no início, não tendo sentença transitada em julgado até o momento. Portanto, ele NÃO se enquadra no art. 482, alínea “d”, da CLT: “Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador: d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;”. Assim:

A alternativa D está correta. Reginaldo não sofrerá qualquer consequência, não havendo de se falar em suspensão, interrupção nem extinção do contrato, já que não há sentença transitada em julgado, na forma do art. 482, alínea “d”, da CLT.

As alternativas A, B e C estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 72. A sociedade empresária Bons Caminhos Ltda. consultou você, como advogado(a), porque pretendia contratar, em setembro de 2025, alguns aprendizes e estagiários com 18 anos

de idade para que realizassem atividades na modalidade de teletrabalho. A sociedade empresária deseja saber se tal pretensão era válida. Em resposta à demanda da sociedade empresária, considerando os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a) É permitido contratar aprendizes e estagiários para realizarem atividades na modalidade de teletrabalho.

b) É permitido contratar aprendizes na modalidade de teletrabalho, mas não estagiários, por desvirtuar a filosofia do estágio.

c) É permitido contratar estagiários na modalidade de teletrabalho, mas não aprendizes, porque o contrato de trabalho deles é especial.

d) Somente é permitido contratar aprendizes e estagiários em regime de teletrabalho se houver autorização dos seus pais ou responsáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Teletrabalho.

A alternativa A está correta. Conforme art. 75-B, § 6º, da CLT: “§ 6º Fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.”

A alternativa B está incorreta. É possível contratar tanto estagiários quanto aprendizes, vide comentário da letra A.

A alternativa C está incorreta. É possível contratar tanto estagiários quanto aprendizes, vide comentário da letra A.

A alternativa D está incorreta. A CLT não fala em autorização dos pais ou responsáveis para contratação em regime de teletrabalho.

QUESTÃO 73. Em outubro de 2023, a sociedade empresária Plantas Ornamentais Ltda. dispensou o empregado Josimar, sem justa causa, após dois anos de contrato de trabalho. A sociedade calculou as verbas rescisórias e depositou-as na conta do trabalhador em cinco dias e, no mesmo dia, fez o recolhimento da indenização de 40% sobre o FGTS. Ocorre que, por equívoco do setor de Recursos Humanos da sociedade empresária, as guias para o saque do FGTS e os formulários para o requerimento do seguro-desemprego somente foram entregues 60 dias após o término do aviso prévio. Sobre a hipótese, considerando os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a) Não se cogitará qualquer multa ou penalidade pela ausência de prejuízo, já que as verbas foram depositadas na conta de Josimar no prazo legal.

b) A sociedade empresária pagará uma multa de 50% do valor das verbas rescisórias, em razão do atraso na entrega dos documentos do FGTS e do seguro-desemprego.

c) A situação gerou enorme prejuízo ao trabalhador, daí porque as verbas referentes à saída deverão ser pagas em dobro como forma de punição da sociedade empresária.

d) A sociedade empresária pagará multa pelo atraso na entrega dos documentos do FGTS e do seguro-desemprego em favor do trabalhador, no valor equivalente ao seu salário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Extinção do Contrato de Trabalho.

Quando da extinção do contrato, a CLT determina que o empregador tem 10 dias para dar ao empregado o recibo de quitação e efetuar o pagamento dos valores devidos. É o que dispõe o § 6º do mesmo artigo, a seguir: “§ 6º A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.” Caso não pague no prazo, fica o empregador sujeito a uma multa, a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, conforme § 10. Vejamos: “§ 10. A anotação da extinção do contrato na Carteira de Trabalho e Previdência Social é documento hábil para requerer o benefício do seguro-desemprego e a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nas hipóteses legais, desde que a comunicação prevista no caput deste artigo tenha sido realizada.”

A alternativa A está incorreta. Há sim multa, conforme art. 477, §§ 8 e 10, da CLT, acima transcritos.

A alternativa B está incorreta. A multa a favor do empregado é em valor equivalente ao seu salário, conforme art. 477, §§ 8 e 10, da CLT, acima transcritos.

A alternativa C está incorreta. A multa a favor do empregado é em valor equivalente ao seu salário, conforme art. 477, §§ 8 e 10, da CLT, acima transcritos.

A alternativa D está correta. A alternativa está totalmente conforme art. 477, §§ 8 e 10, da CLT, acima transcritos.

QUESTÃO 74. Jéssica trabalha em um hospital particular de Belo Horizonte, no setor de tratamento de pacientes com doenças infectocontagiosas, recebendo adicional de insalubridade em grau máximo. Em 2024, Jessica engravidou e deu ciência do fato ao seu chefe, que imediatamente a transferiu para o setor de convênios, localizado em um prédio diferente do hospital, ocupando uma confortável e arejada sala comercial na qual cinco funcionários negociam com os planos de saúde conveniados, por telefone, a tabela de valores pelos atendimentos e procedimentos, sem atendimento presencial do público externo. Sobre a situação apresentada e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a) A empregada, durante a gestação, fez jus ao adicional de insalubridade, que cessará após o nascimento da criança, não se estendendo ao período de lactação.

b) O direito ao adicional de insalubridade, até o retorno, deverá cessar porque a transferência foi uma necessidade para a qual a sociedade empresária não colaborou.

c) Jéssica, de acordo com a norma de regência, terá direito à metade do valor do adicional de insalubridade que recebia, enquanto estiver em local sem agente agressor à saúde.

d) A sociedade empresária deve pagar o adicional de insalubridade à gestante enquanto ela estiver no setor de convênios, fazendo a compensação desse valor na cota-parte do INSS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Remuneração e Salário, mais precisamente sobre o Adicional de Insalubridade.

A alternativa A está incorreta. O adicional de insalubridade se estende ao período de lactação também, conforme art. 394-A, § 2º, da CLT. Vejamos: “§ 2º Cabe à empresa pagar o adicional de insalubridade à gestante ou à lactante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.”

A alternativa B está incorreta. O direito ao adicional de insalubridade não cessa. Mesmo a empregada tendo sido transferida de setor, a empresa ainda deverá pagar o adicional de insalubridade que ela recebia quando exercia a atividade insalubre, conforme art. 394-A, § 2º, da CLT, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta. O adicional é recebido em sua integralidade. Não há qualquer disposição na CLT ou na jurisprudência dos Tribunais Superiores que preveja redução de 50%.

A alternativa D está correta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 394-A, § 2º, da CLT, acima transcrito.

QUESTÃO 75. Luana Moreira trabalha em uma sociedade empresária do setor de cosméticos das 7h às 13h15min e desfruta de 15 minutos de intervalo que ocorre das 10h às 10h15min, mas está pressionando sua chefia, aduzindo que teria direito a 1 hora, no mínimo, razão pela qual pretende receber 1 hora como extraordinária, com repercussão nas demais parcelas salariais do contrato. A sociedade empresária consultou você, como advogado(a), para saber como agir. Sobre a hipótese apresentada, de acordo com a legislação trabalhista em vigor, assinale a afirmativa que, corretamente, apresenta a sua resposta.

a) Luana deverá receber o restante do período do intervalo para inteirar 1 hora de forma indenizatória.

b) Luana não tem direito ao pagamento do intervalo, considerando que a jornada não excede 6 horas e os 15 minutos são de intervalo.

c) Luana deverá receber o valor correspondente a uma hora integral, com os devidos reflexos nas parcelas salariais do contrato de trabalho.

d) Luana deverá receber a diferença de 45 minutos de forma indenizatória, com repercussão nas parcelas salariais do contrato de trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Intervalo Intra jornada.

A alternativa A está incorreta. No caso narrado pelo enunciado, a jornada de efetivo trabalho de Luana é de 6 horas diárias. Os 15 minutos de intervalo não são computados, pois configuram hipóteses de suspensão do contrato de trabalho, ou seja, nesse período não há prestação de serviço e tampouco remuneração. Assim, conforme art. 71, § 1º, da CLT, Luana faz jus somente a 15 minutos de intervalo, os quais estão sendo legalmente concedidos a ela. Vejamos: “§ 1º - Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.”

A alternativa B está correta. Alternativa totalmente de acordo com o art. 71, § 1º, da CLT, vide comentário da letra A.

A alternativa C está incorreta. Luana faz jus somente a 15 minutos de intervalo, os quais estão sendo legalmente concedidos a ela, conforme art. 71, § 1º, da CLT. Vide comentário da letra A.

A alternativa D está incorreta. Luana faz jus somente a 15 minutos de intervalo, os quais estão sendo legalmente concedidos a ela, conforme art. 71, § 1º, da CLT. Vide comentário da letra A.

QUESTÃO 76. Você foi procurado(a) por um Sindicato de Empregados que deseja ajuizar uma ação em face de outro Sindicato de Empregados, com o objetivo de discutir a legitimidade para receber as contribuições sindicais oriundas de uma determinada sociedade empresária. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

a) A ação deverá ser ajuizada na Justiça do Trabalho.

b) A ação deverá ser ajuizada na Justiça Comum Federal.

c) A ação deverá ser ajuizada na Justiça Comum Estadual.

d) Não caberá ajuizamento de ação judicial, mas apenas procedimento administrativo no Ministério do Trabalho e Emprego.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Competência em Processo do Trabalho.

Sobre as ações movidas por Sindicato, a doutrina: “Ações envolvam representação sindical entre: Sindicato x Sindicato; Sindicato x Empregador; e Sindicato x Empregado. De toda sorte, podemos concluir por uma análise celetista e constitucional que a Justiça do Trabalho terá competência para julgar as ações que envolvam os sindicatos, intersindicais, bem como aspectos intrasindicais. A título de exemplo, podemos mencionar as seguintes situações hipotéticas: Ações que envolvam representação sindical; Ações entre sindicatos por não cumprimento de obrigações já assumidas de um frente ao outro; Ações entre sindicatos e empregadores, envolvendo contribuição sindical.” (Direito Processual

do Trabalho para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB) - Estratégia OAB, 2025; Cap. 4 Competência da Justiça do Trabalho - Livro Digital Interativo).

A alternativa A está correta. Conforme art. 114, III, da CF, a competência para ações entre sindicatos é da Justiça do Trabalho. Vejamos: “Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;”.

As alternativas B, C e D estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 77. João Paulo trabalhou como vendedor em uma loja de calçados de 20/02/2022 a 30/01/2023, situada próxima de sua residência, no município de Duque de Caxias, RJ. Pela proximidade, menos de 50 m de distância, João Paulo ia a pé para o serviço e não optou por receber vale-transporte. Ocorre que, ao ser dispensado, ajuizou ação trabalhista reclamando a concessão do benefício, ação que seu advogado distribuiu para o Município do Rio de Janeiro, indo para a 100ª Vara do Trabalho (VT) do Rio de Janeiro, que designou uma audiência presencial. A loja está localizada em Duque de Caxias e você, advogado(a) da loja, tem seu escritório na mesma cidade. Sobre a competência territorial e a medida processual a ser adotada, assinale a afirmativa correta.

a) A ação poderá transcorrer no Rio de Janeiro, tendo sido essa a opção do empregado, pelo que se prorrogou a competência.

b) Deverá ser apresentada exceção de incompetência territorial em preliminar de contestação, podendo também ser suscitada oralmente no momento da audiência, antes da defesa.

c) Deverá ser apresentada petição de exceção de incompetência territorial até cinco dias após o recebimento da notificação citatória, em peça autônoma e antes da audiência.

d) Deverá ser apresentada exceção de incompetência territorial no ato da audiência em peça autônoma, mas junto com a apresentação da defesa, de modo a evitar eventual preclusão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Exceções Rituais em Processo do Trabalho.

A alternativa A está incorreta. A ação deveria ter sido movida em Duque de Caxias, pois é a localidade da prestação do serviço. Logo, não há de se falar em “opção do empregado” por outra localidade, tampouco em “prorrogação de competência”. Conforme art. 651 da CLT: “Art. 651 - A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.”

A alternativa B está incorreta. A exceção de incompetência territorial não é apresentada em preliminar de contestação, nem no momento da audiência. O correto é ser apresentada 5 dias antes da audiência, conforme art. 800 da CLT: “Art. 800. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de

cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.”

A alternativa C está correta. Conforme explicado no comentário da letra A, a ação deveria ter sido movida em Duque de Caxias, pois é a localidade da prestação do serviço. Logo, realmente é cabível a exceção de incompetência territorial. Conforme art. 800 da CLT, transcrito acima, de fato, esta deverá ser apresentada petição de exceção de incompetência territorial até cinco dias após o recebimento da notificação citatória, em peça autônoma e antes da audiência.

A alternativa D está incorreta. A exceção de incompetência territorial não é apresentada no momento da audiência. O correto é ser apresentada 5 dias antes da audiência, conforme art. 800 da CLT, acima transcrito.

QUESTÃO 78. Lorena trabalha como tosadora de animais em um petshop desde 2022, recebendo um salário-mínimo nacional mensalmente. Ainda com o contrato de trabalho em vigor, Lorena pediu que você, como advogado(a), ajuizasse, em 2024, reclamação trabalhista postulando o pagamento de adicional noturno, pois ela trabalha até 22h30. Na petição inicial, você não requereu gratuidade de justiça, nem juntou declaração de miserabilidade ou necessidade jurídica. O pedido foi julgado totalmente improcedente, mas o Juiz concedeu, de ofício, a gratuidade de justiça. Considerando os fatos narrados, a previsão contida na CLT e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

a) A lei é omissa quanto aos critérios para deferir a gratuidade de justiça, podendo o Juiz concedê-la ou não.

b) O Juiz está correto, porque o nível salarial de Lorena autoriza a concessão da gratuidade de justiça de ofício.

c) A parte não requereu gratuidade de justiça, caracterizando, assim, julgamento extra petita, vedado na hipótese.

d) A gratuidade de justiça na Justiça do Trabalho é um pedido implícito, devendo ser automaticamente concedida a qualquer trabalhador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Custas Judiciais em Processo do Trabalho, mais precisamente sobre o Benefício da Justiça Gratuita.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 790, § 4º, da CLT: “§ 4º O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.”

A alternativa B está correta. O juiz pode, sim, conceder a gratuidade de justiça de ofício. Ademais, o salário de Lorena (R\$ 1.412,00 em 2024) autoriza tal concessão, sendo inferior a 40% do teto do RGPS (O teto do RGPS em 2024 foi de R\$ R\$ 7.786,02; logo, 40% desse valor é R\$ 3.114,40). Conforme art. 790, § 3º, da CLT: “§ 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho

de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.”

A alternativa C está incorreta. Conforme já explicado no comentário da letra B, o juiz pode, sim, conceder a gratuidade de justiça de ofício, nos moldes do art. 790, § 3º, da CLT.

A alternativa D está incorreta. Não é concedida a qualquer trabalhador, mas apenas àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do RGPS, nos moldes do art. 790, § 3º, da CLT.

QUESTÃO 79. Jean ajuizou reclamação trabalhista, em 2024, contra o seu ex-empregador, requerendo o pagamento do adicional de insalubridade. Após contestada, o Juiz determinou a realização de perícia a cargo de um engenheiro do trabalho. A ré apresentou seu protesto sob a alegação de que, para tal perícia, somente um médico do trabalho poderia realizá-la. Considerando os termos da CLT e da jurisprudência consolidada do TST, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade empresária está correta, porque a realização de perícia de insalubridade é ato privativo de médico do trabalho, conforme prevê a CLT.

b) A sociedade empresária está equivocada, porque a perícia pode ser realizada por médico do trabalho ou engenheiro do trabalho registrados no Ministério do Trabalho.

c) Sendo da confiança do Juiz, qualquer profissional poderá ser nomeado perito para a realização de perícia de insalubridade, cabendo à empresa antecipar os honorários.

d) A perícia para fins de insalubridade somente pode ser realizada por engenheiro do trabalho, desde que registrado no Ministério do Trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Adicional de Insalubridade.

A alternativa A está incorreta. A perícia de insalubridade poderá ser realizada por Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. Vide comentário da letra B.

A alternativa B está correta. De fato, a perícia de insalubridade poderá ser realizada por Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. Assim, a alternativa está totalmente de acordo com o art. 195 da CLT: “Art.195 - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.”

A alternativa C está incorreta. Não é qualquer profissional. A perícia de insalubridade poderá ser realizada por Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. Vide comentário da letra B.

A alternativa D está incorreta. A perícia de insalubridade poderá ser realizada por Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. Vide comentário da letra B.

QUESTÃO 80. Um sindicato de classe dos empregados ajuizou, perante o Tribunal Regional do Trabalho competente, dissídio coletivo de natureza econômica com alcance municipal. Após ser devidamente contestado, o processo foi extinto sem a resolução do mérito, não havendo margem para a oposição de embargos de declaração. Considerando esses fatos e que você é o(a) advogado(a) do sindicato autor, assinale a opção que indica o recurso cabível e o respectivo prazo.

a) Recurso ordinário, no prazo de 8 dias.

b) Recurso de revista, no prazo de 8 dias.

c) Agravo de petição, no prazo de 15 dias.

d) Recurso extraordinário, no prazo de 15 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Recursos em Processo do Trabalho.

No tocante ao caso narrado pelo enunciado, observe que o Sindicato ajuizou o dissídio coletivo originariamente já no Tribunal Regional do Trabalho, e não em uma Vara do Trabalho. Isso porque a competência originária para julgar os dissídios coletivos é dos TRTs, conforme art. 678, I, alínea “a”, da CLT: “Art. 678 - Aos Tribunais Regionais, quando divididos em Turmas, compete: I - ao Tribunal Pleno, especialmente: a) processar, conciliar e julgar originariamente os dissídios coletivos;”.

Dessa forma, o recurso cabível será o recurso ordinário, a ser interposto no prazo de 8 dias, para a instância superior, ou seja, o TST. Conforme o art. 895, II, da CLT: “Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior: II - das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.”. Portanto:

A alternativa A está correta. Conforme art. 895, II, da CLT, o recurso cabível em processos de competência originária de TRT é o recurso ordinário, a ser interposto no prazo de 8 dias.

As alternativas B, C e D ficam automaticamente incorretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica)